

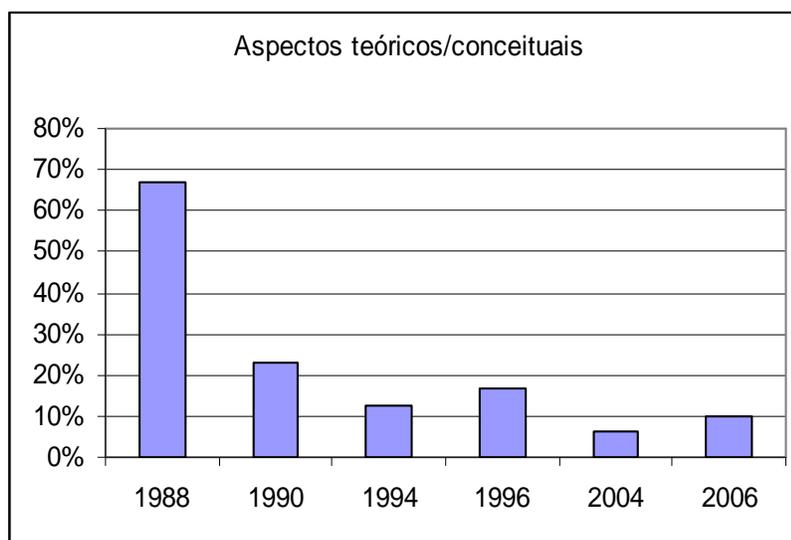
3. Projetos de ordem reflexiva

Neste capítulo, agrupam-se os projetos das categorias em torno do eixo reflexivo do *corpus* selecionado, ou seja, *Aspectos teórico-conceituais*, *Romance Histórico*, *Memória*, *Abordagem bibliográfica*, *História e literatura*, *História e ensino*, *História e outro setor* e *Genealogia*. Os projetos agrupados em “Outros aspectos” também se encontram aqui em função de apresentarem questões de ordem reflexiva. A caracterização de cada categoria é apresentada no início de cada análise.

3.1. Aspectos teórico-conceituais

Nesta categoria reúnem-se os trabalhos cuja preocupação perpassa primordialmente a esfera teórica e/ou conceitual, geralmente discutindo esses aspectos. A fim de permitir maior visibilidade dos pressupostos que orientam tais reflexões, esses trabalhos apresentam descrições mais detalhadas.

Gráfico 01 – Aspectos teórico-conceituais



Ao se observar o Gráfico 01, o que mais chama a atenção, em um primeiro momento, é a representatividade de quase 70% na primeira ABRALIC, em 1988. No entanto, não se pode deixar de considerar o aspecto ímpar dessa ABRALIC: a que apresenta menor quantidade de trabalhos em sua totalidade (118) e no campo de interesse desta pesquisa (somente 3). Nesse sentido, uma porcentagem de 70% em um universo de três textos deve ser quantitativamente relativizada. Outro aspecto a se observar são as três interrupções nos anos de 1992, 2000 e 2002. A oscilação diacrônica da categoria apresenta a seguinte estrutura: decréscimo de

pouco mais de 45% na passagem de 1988 para 1990; decréscimo de 10% em 1994, quando os índices marcam pouco mais de 10% de representatividade; retomada de interesse com a pequena alta na passagem para 1996, com índice de 18%; nova queda em 2004, quando o gráfico apresenta seu menor pico, com menos de 10% e, finalmente, alteração de perspectiva em 2006, com índice de 10%, marcando possível retomada de interesse pela categoria.

Em análise qualitativa, constata-se que, diferentemente das demais categorias, essa não permite formação de perfil de cada ABRALIC individualmente. Somente em perspectiva global é possível perceber algumas tendências, que começam a aparecer a partir de 1990. Assim, em 1988, têm-se os trabalhos isolados, como “Roland Barthes: entre a literatura e a história”, de Nicolas Tabuteau, da UFMG, com objetivo de tentar definir qual a relação que o leitor mantém com as obras do passado. Para tal, utiliza-se de três textos críticos: um de Roland Barthes, um de Maurice Blanchot e um de Hans Robert Jauss, respectivamente, "L'analyse réthorique", "L'espace littéraire" e o de Jauss, que ele não intitula; todos publicados na *Revue des Sciences Humaines*.

Curioso seu trabalho acentuar o nome de Barthes, sendo que o autor passa todo o texto defendendo a postura de Jauss no que diz respeito à estética da recepção abrir “perspectivas de pesquisa bem estimulantes na área da sociologia da literatura” (TABUTEAU, 1988, p.29) e apresentar-se como saída revigorante para as preocupações centradas em história de literatura. Vale lembrar que a conferência de Jauss *A história da literatura como provocação à teoria literária*, publica na Alemanha em 1969, chega ao Brasil quase 30 depois, quando seus conceitos de estética da recepção e do efeito produzido começam a circular no meio acadêmico, apontando para novas perspectivas para os estudos em história de literatura. Daí, talvez, a lida com esses conceitos ser ainda muito “tateante” em 1988.

Outro trabalho é “A mão que escreve: entre a literatura e a história”, de Ítalo Moriconi, UERJ, que, apesar de lidar com duas obras classificadas por ele como ficção histórica, entra na categoria de *Aspectos teórico-conceituais* porque seu foco é a discussão sobre o papel do intelectual e estudioso de literatura naquela época – 1988 – quando interessado em realizar estudos de caráter histórico. O texto de Moriconi tem como objetivo apresentar pressupostos sobre

os quais esse pesquisador deve de apoiar, assim com estabelecer certas posturas metodológicas para sua ação.

Começa seu texto dizendo que “um dos mais difundidos diagnósticos sobre o estado atual da cultura no ocidente é o de que estaríamos vivendo o colapso da consciência histórica” (MORICONI, 1988, p. 103), o qual deve ser entendido como “o abandono do ideal da superação do caráter interpretativo do discurso histórico por uma suposta objetividade narrativa ou científica” (*Idem*). Assim, seu foco é discutir conceitualmente o papel da ficção histórica na contemporaneidade, apontando-a como o registro capaz de questionar o discurso histórico “da verdade”, visto apresentá-la como a interpretação da interpretação, ou seja, o discurso histórico como uma dentre tantas outras interpretações possíveis. Daí em diante, Moriconi estrutura os movimentos possíveis do estudioso de literatura nesse campo: mapear as diferentes (e muitas vezes incompatíveis entre si) propostas estético-ideológicas no campo da ficção histórica atual; escolher os projetos com os quais tem interesse de trabalhar em função de afinidades político-culturais e cognitivas claramente demarcadas. Em seguida, justifica a escolha das obras com as quais pretende ilustrar sua proposta – no caso, *Em liberdade*, de Silviano Santiago, e *Respiração artificial*, de Ricardo Piglia – visto ser fundamental na ficção histórica de hoje, segundo ele, a consciência histórica pressupor “auto-consciência do intelectual quanto aos limites e fronteiras de sua posição.” (*Ibidem*, p. 104). Assim, Moriconi defende que as obras em questão realizam o que o estudioso histórico de literatura deve fazer: olhar o passado de forma inquisitiva, realizando o que ele denomina “história em abismo” (*Ibidem*, p. 108).

Em 1990, aparece a primeira manifestação de trabalho com preocupação no aspecto da periodização em historiografia literária, tema que constitui padrão secundário da categoria como um todo. Nesse sentido, há o trabalho “História da Literatura – memória entre aspas”, de Heidrun Krieger Olinto, da PUC-Rio, o qual pretende demonstrar como a concepção da literatura em uma ordem sistêmica se faz imperativa sempre que a dicotomia diacronia-sincronia é repensada. Um de seus focos é demonstrar como as questões desenvolvidas pelos formalistas russos lançam luzes, ainda hoje, para se pensar a eterna problemática da periodização e como suas concepções se relacionam com as propostas da Nova História. Primeiramente, percebe-se, com as teses de Tynianov e Jakobson, que eles, já em

1928, apresentavam concepção sistêmica da história literária ao questionarem a relação entre o caráter evolutivo dos fenômenos literários e suas manifestações temporalmente isoladas, ou seja, ao relacionarem o aspecto diacrônico dos fenômenos com o sincrônico, sendo que, ao trabalharem com manifestações sincrônicas, lidam com os aspectos de integração, no momento recortado, de épocas e fenômenos literários do passado, o que evidencia uma percepção dinâmica da própria sincronia. Todas essas fusões permitem “compreender a variedade heterogênea de obras cronologicamente simultâneas sem necessidade de classificá-las em função da marca unificadora do *Zeitgeist* (espírito de época), que nivela as obras ocultando o caráter heterogêneo do simultâneo.” (OLINTO, 1990, p. 82). Segundo Olinto, um dos méritos de Tynianov, em seu ensaio “Da evolução literária” (1927), encontra-se na integração de séries sociais a este modelo, ou seja, a inclusão da realidade extraliterária enquanto sistema correlacionado com a esfera literária. Nessa concepção, a literatura deixa de se constituir como esfera isolada na sociedade, e passa a ser concebida como uma série a mais na série social, o que implica interação com demais séries afins, todas elas “em permanente evolução sistêmica” (*Idem*).

A atualidade desse pensamento é evidenciada quando se aponta a realização da segunda geração dos *Annales*, na área da História, na França, ao começar a trabalhar com a multiplicidade dos tempos sociais: curta, média e longa duração, correspondendo, respectivamente, aos fatos, conjunturas econômicas e geo-história, e mentalidades. Novamente o princípio de séries sociais e de multiplicidades temporais é ressaltado e funciona como força revigorante nas pesquisas na área da História e nas áreas afins quando pretendem trabalhar com diferentes temporalidades em relação diacrônica. Evidentemente, a concepção da história como rede de processos interativos múltiplos, com diferentes ritmos, durações e interferências, altera enormemente a concepção de conceitos como época e periodização, permitindo repensar tais questões de maneira mais complexa na esfera do literário, sem se prender ao simples processo linear de ruptura de uma época para outra. Assim, Olinto defende que questões como superposições, interferências, retardamentos, acelerações etc. devem perpassar constantemente tais discussões, garantindo “a coexistência de múltiplos horizontes opcionais” (*Ibidem*, p. 84).

Vale destacar também o trabalho de Leyla Perrone Moisés, da USP, intitulado “História Literária e julgamento de valor”, que tem como objetivo discutir a relação entre história literária e juízo de valores, defendendo que a história literária precisa assumir seu vínculo com a crítica literária, uma vez que esta última “significa uma referência constante a um sistema de valores, que é necessariamente o do historiador” (MOISÉS, 1990, p. 142). Para ela, o que falta aos historiadores de literatura é tornarem explícitos seus critérios de trabalho (classificação, descrição etc.). Segundo Moisés, todos os balanços acerca da história literária ganhariam se partissem da seguinte pergunta: “para que serve a história literária?”, o que redundaria na questão “para que serve a literatura?”. Questões que ela responde nos seguintes termos: “Se nós acreditamos que a literatura tem a função de esclarecer e valorizar nossa experiência no mundo, admitiremos que a história do conjunto de suas realizações maximiza o proveito que podemos tirar do contato com cada realização particular” (*Ibidem*, p. 144).

Em seguida, propõe uma aproximação da concepção de história de Nietzsche (no que diz respeito a sua crítica ao historicismo) de aspectos a serem repensados na história literária. Nesse sentido, propõe a seguinte categorização:

a) História monumental: corresponderia

à história literária fortemente valorativa, onde só figuram grandes obras. [Lembrando que] o que é grande ou pequeno depende, é claro, do sistema de valores do historiador. Assim, pertencem à história monumental tanto os “*précis de littérature*” (do tipo “grandes vultos de nossa literatura”) quanto o idiossincrático “paideuma”, de Ezra Pound. (...) Num ou noutro caso, no entanto, não está excluído o risco de dogmatismo que Nietzsche vê na história monumental. (*Ibidem*, p. 146);

b) história antiquária: levantamento de tudo que foi feito na literatura de um país, em uma perspectiva muito mais histórica do que estética. Todavia, há aqui o inconveniente de que o fato de simplesmente se saber o que foi feito no passado é pouco interessante para a produção de uma literatura presente;

c) História crítica: trata-se “do julgamento severo e condenatório do passado”. (*Idem*).

Moisés aponta que a perspectiva de se olhar o passado com os olhos do presente já foi assumida plenamente. E que

o que é contingência de todo o discurso histórico – trazer em si as marcas do presente – torna-se uma necessidade interna na história literária, porque os ‘fatos’ de que se ocupa não aconteceram, como os da História, uma vez só e só no passado, mas continuam a acontecer a cada leitura nova (...) a história literária está, portanto, fadada, mais do que qualquer outra, a assumir-se como releitura do passado, e requalificação do passado à luz dos valores do presente (*Ibidem*, p. 147).

Em sua pesquisa “História literária e julgamento de valor”, preocupa-se em saber como os escritores-críticos (escritores literários que também realizam crítica literária) praticam a história literária. Conforme a autora, esses escritores-críticos têm uma concepção que corresponde à proposta de Nietzsche: trabalham com a história que serve ao presente à luz de novos valores.

É importante lembrar que este trabalho de Moisés data de 1990, ou seja, há 19 anos. Um momento em que as propostas de pesquisas de teor mais empírico na área de literatura, sobretudo no subsistema de historiografia literária, no Brasil, eram quase inexistentes. Assim como preocupações sistematizadas em se explicitar pressupostos de pesquisa, como ela defende desde então.

Em 1994, confirma-se o reaparecimento de pesquisa centrada em periodização, como o trabalho “Literatura e história: um uso para o conceito de constante”, de Maria Cândida Ferreira de Almeida (não informa instituição), que defende o uso do conceito de constantes, desenvolvido por Paul Veyne, para se repensar a classificação periódica dos autores em literatura. De acordo com Almeida, Veyne afirma que “a constante individualiza, mesmo levando-se em conta seu caráter abstrato e geral” (ALMEIDA, 1994, p. 652), o que permite, segundo ela, colocar, lado a lado, autores literários periodicamente distantes, visto o período deixar de ser considerado como principal elemento agregador. Essa atitude permitiria a ruptura com os estilos de época, os quais uniformizam pelo ideal de um espírito de época – o que implica a exclusão de tudo o que não condiz com esse suposto espírito –, e a compreensão das diferenças na aproximação de semelhanças intrínsecas das obras. Nessa perspectiva, não se opera a exclusão, mas a individualização. Segundo Almeida, “colocando face à face poemas de épocas diferentes, mas unidos por uma caracterização comum, poderemos explicitar a originalidade existente em cada um deles” (*Ibidem*, p. 654).

Há também o trabalho isolado “A narrativa na história e na literatura”, de Parícia da Silva Cardoso (não indica instituição), que defende a estrutura narrativa

como melhor meio de se escrever a história, mas não em uma perspectiva linear, pautada no princípio causal, mas uma narrativa marcada pelas estruturas do discurso fictício no que diz respeito a pluralizar as possibilidades interpretativas. Assim, baseia-se no que diz Peter Burke sobre a concepção de um entrelaçamento entre a narrativa histórica e a literária, quando afirma “ser possível tornar as guerras civis e outros conflitos mais inteligíveis, seguindo-se o modelo dos romancistas que contam suas histórias, partindo de mais de um ponto de vista” (BURKE, Peter apud CARDOSO, 1994, p. 283).

Em 1996, aparece o primeiro projeto com foco em arquivo, o que constituirá, em perspectiva global, o padrão principal da categoria. Temos, assim, o trabalho “Arquivos literários”, de Marília Rotier Cardoso, na época da UERJ, o qual discute, pela primeira vez na ABRALIC, o uso de fonte primária no trabalho do crítico e do historiador literário. O texto trata da busca de instrumentos teórico-metodológicos que fundamentem a pesquisa de acervos documentais de escritores brasileiros frente a uma possível revisão do cânone vigente.

Cardoso dá destaque à análise de manuscritos (rascunhos literários, correspondência privada, esboços, notas), atentando, todavia, para as armadilhas que esse tipo de trabalho pode causar, levando “à distorção do sujeito e à mistificação da arte” (CARDOSO, 1996, p. 1016). Assim, enfatiza o tempo todo que, em termos de método, é fundamental haver um empenho subjetivo para conectar os vários fragmentos encontrados, “capaz de transformar as intuições e dúvidas do discurso-pesquisador em estratégia para o resgate do discurso-objeto-de-pesquisa” (*Ibidem*, p. 1017).

Vale mencionar, também, o trabalho de Diana Cristina Damasceno Lima Silva, da PUC-RJ, intitulado “Entre história, jornalismo e literatura: o discutível estatuto do acontecimento moderno”, que propõe entrecruzamento de áreas no âmbito teórico-conceitual em historiografia literária ao discutir o conceito de “acontecimento” nas áreas da história, da literatura e da mídia. Apóia-se nas discussões dos Annales, sobretudo Pierre Norra, Jacques Le Goff e Jean Lacouture, com foco nos pensadores da história recente. Desse modo, defende que o conceito de “acontecimento” permite revisões nas concepções de história e de história literária, visto lidar com a dimensão temporal presente, deslocando, assim, o foco tradicional de uma perspectiva histórica.

Em 2004, confirma-se a perspectiva arquivística, com o trabalho “Antologia: arquivo e exclusão”, de Ivete Lara Camargos Walty, da PUC-MG, o qual objetiva evidenciar o funcionamento de arquivo das antologias, ressaltando o papel do antologista no processo de seleção dos elementos que configuram esse arquivo. Trabalha com duas antologias brasileiras – *Geração noventa, manuscritos de computador* e *Geração noventa: os transgressores*, ambas de Nelson de Oliveira – e uma mexicana cujo título não enuncia. Defende que toda antologia trabalha com o princípio da exclusão, visto o antologista selecionar o que entra ou não no arquivo organizado. Assim, Walty defende ser possível, através desses conceitos, evidenciar diversos aspectos político-sociais tanto em estrutura micro quanto macro, nas organizações antológicas em literatura. Por exemplo, anuncia que, ao se estabelecer leitura comparativa da produção brasileira com a mexicana, percebe-se que a mexicana deseja se livrar do estereótipo da exclusão, enquanto que a brasileira o afirma. Segundo Walty, além de toda antologia ser, por natureza, excludente, é também provisória, pois os tempos mudam e o olhar sobre o que deve ser arquivado se altera de um período histórico para outro. Daí a estrutura antológica estar intrinsecamente vinculada à noção pós-moderna de arquivo e manifestar-se como forte tendência no subsistema de historiografia literária.

Neste ano, aparece uma terceira manifestação, a qual constituirá outro padrão secundário, com a preocupação em pensar sobre o lugar de onde fala o historiador de literatura. Nessa linha, temos o trabalho “A história da literatura como questão no Brasil”, de José Luís Jobim, da UFF e UERJ, que objetiva ressaltar a necessidade de se contextualizar o que se escreve no âmbito da história de literatura. Para tal, discute conceitos como “identidade da literatura brasileira”, “o lugar de onde se fala de história literária brasileira”, “o papel do leitor na formação dessa história de literatura”, além de discutir as diferentes espécies de trabalho que aparecem sob a rubrica “história da literatura” no Brasil.

Finalmente, em 2006, confirma-se o aspecto arquivístico como padrão principal, com o trabalho “O arquivo literário como figura epistemológica”, de Reinaldo Martiniano Marques, da UFMG, que tem por objetivo pensar epistemologicamente o conceito de arquivo literário. Marques não só discute sua natureza como propõe uma história dos arquivos literários no Brasil. Sobre as questões discutidas, vale a pena destacar seu trabalho com arquivo na perspectiva

da dor e do jogo de poder. Segundo ele, há uma espécie de jogo que envolve o significativo deslocamento dos arquivos de escritores, de suas bibliotecas e coleções (espaço doméstico da casa e do familiar) para os centros de documentação e pesquisa de universidades ou institutos culturais de empresas, ou seja, da instância do privado para o público (no sentido de aberto, de acesso a qualquer um). Nessa passagem, os acervos literários são drasticamente afetados tanto em termos topológicos quanto no sentido nomológico (de organização e operação dos arquivos), visto novos valores serem-lhes agregados: histórico-cultural, estético, acadêmico, expositivo, econômico. Para Marques, pensar o arquivo literário como figura epistemológica é levar em conta a prática discursiva que se delineia em torno de um arquivo, quais sejam, arquivísticas, museológicas, biblioteconômicas, dos estudos históricos, literários e culturais etc.

Segundo ele, a constituição e o cuidado com acervos e arquivos literários como ação mais sistemática e vinculada à produção de conhecimento são tardios entre nós¹, devendo destacar-se a atuação das universidades brasileiras no papel de preservação de nosso patrimônio arquivístico, bibliográfico e até mesmo museológico, pois foi essa transferência que possibilitou o aumento de pesquisas em nível de Graduação e de Pós-graduação no país. Defende também que a melhor perspectiva arquivística para a construção de uma história dos arquivos literários no Brasil é arqueológico-genealógica.

O padrão secundário sobre o *locus* de enunciação do historiador é confirmado com o trabalho “O problema da formação na crítica brasileira contemporânea: recortes”, de Joana Luíza Muylaert de Araújo, da UFU, que propõe repensar o papel-*locus* do historiador de literatura. Segundo ela, esse historiador deve escrever de outro lugar, mais próximo ao do ficcionista, a fim de promover certa “libertação da linguagem”.

Todavia, apesar dos aspectos interessantes de sua proposta, apresenta alguns pontos problemáticos, como, por exemplo, conceber o historiador e o crítico da literatura como desempenhando o mesmo papel, tendo a mesma função.

Outro trabalho a ser destacado é “Historiografia literária em construção”, de Heidrun Krieger Olinto, da PUC-RJ, que defende o critério da “criatividade” como conceito principal a ser operado pelo historiador de literatura, na esfera do

¹ A lista com os vários arquivos que catalogou encontram-se em sua comunicação, cuja referência consta na seção “Anexo II” desta tese.

pensamento teórico-crítico. Segundo ela, ao se expandir a área de atuação desse conceito para a esfera teórica, permite-se o agenciamento de renovação constante do pensamento intelectual, propiciando novas formas de escrita e, sobretudo, interrelação com outras áreas, o que permite deslocamentos e novos agenciamentos conceituais. Ao estabelecer paralelos entre a produção de escrita historiográfica na área da história com as novas tendências em literatura, evidencia como a “criatividade” nessas interrelações pode propiciar novas perspectivas na historiografia literária.

Também merece destaque o projeto de Humberto Hermenegildo de Araújo, da UFPN, intitulado “As literaturas locais e o sistema literário nacional”, o qual faz parte de um projeto maior, que objetiva refletir acerca dos elementos mais condizentes com as concepções atuais de história de literatura, ou seja, dos elementos que tornariam possíveis se complexificar a história de literatura no Brasil. Nesse sentido, trabalha com elementos de integração de diferenças, permitindo o trânsito entre tradições locais e o sistema literário já consolidado. Nesta comunicação, apresenta leituras sobre tentativas de sistematização da literatura brasileira no contexto das diversas regiões do Brasil, o que, para ele, é uma forma de ampliar e discutir questões historiográficas relacionadas ao processo formativo. De acordo com Araújo, os pesquisadores em história de literatura no Brasil sempre focaram, de maneira praticamente exclusiva, os principais centros histórico-nacionais (Rio, São Paulo, Salvador e Recife), o que torna necessária a apresentação de outros dados, surgidos na periferia desses centros, os quais, segundo ele, “tiveram uma função histórica determinante na formação do referido sistema” (ARAÚJO, 2006, p. 01).

Como exemplo desses elementos, cita, no caso do Nordeste, a força da cultura oral (produzida intencionalmente com função estética), desejo de tradição cultural local, “registro de vivência local como elemento gerador de situações literárias capazes de possibilitar a identificação de traços distintivos de uma experiência social específica correspondente” (*Ibidem*, p. 06) etc.

Segundo Araújo, atitudes como essas permitirão o aparecimento de uma história da literatura no Brasil plural, em que “a tendência ao mero registro de autores, datas e estilos de época com que se vem construindo a história das literaturas estaduais” (*Ibidem*, p. 05) serão superadas, e será possível conceber histórias interligadas entre aspectos de cunho mais nacional com aspectos de

cunho mais regional, em que as várias diacronias regionais se interligam, formando uma rede plural, movida pelo princípio comparativo e inclusivo, e não mais pela exclusão.

→ Ao se tentar estabelecer um padrão da categoria, constata-se a predominância do tema do arquivo, constituindo-se padrão principal tanto quantitativamente quanto no aspecto de frequência, visto constar nas ABRALICs desde 1996. Configurando-se como padrões secundários, temos a preocupação com periodização e a preocupação com a explicitação do local de seu discurso, incluindo os seus pressupostos teóricos, sendo que desses, o último tem mais potencial para tendência na categoria do que o primeiro, uma vez que o foco sobre o lugar de enunciação do historiador literário aparece nas duas últimas ABRALICs, enquanto que o foco na periodização aparece somente nas ABRALICS de 1990 e 1994.

Outro aspecto a ser observado nesta categoria é o fato de a concepção sistêmica da história da literatura, em estrutura de redes, ser freqüente desde a ABRALIC de 1990, sendo manifestação constante na maioria dos trabalhos desde então e abrangendo a totalidade dos trabalhos em 2006, o que também ajuda a evidenciar tendências epistemológicas nos estudos de historiografia literária no Brasil.

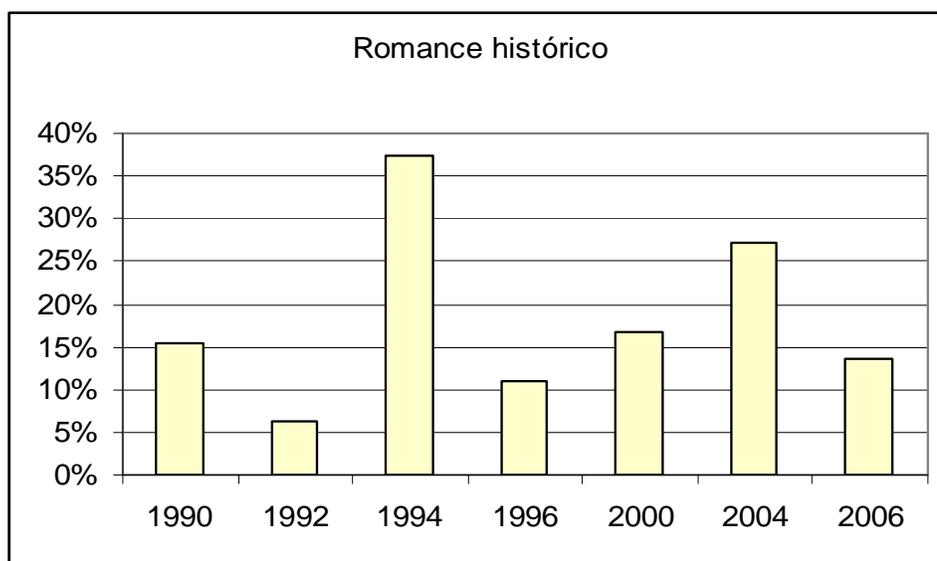
3.2. Romance Histórico²

Nesta categoria reúnem-se os trabalhos que tratam de Romances Históricos e de Novos Romances Históricos, seja analisando-os, seja elencando elementos que justifiquem a defesa de determinada obra enquanto Romance Histórico, seja estabelecendo comparações entre dois ou mais Romances Históricos a fim de defender a exclusão ou inclusão de um ou de outro no gênero, seja utilizando-se de Romances Históricos para comparar o discurso fictício com o histórico. Importante mencionar que, em um primeiro momento, considerava tais trabalhos muito mais da esfera da crítica literária, visto analisarem uma obra, do que de historiografia literária e, assim, não pretendia incluir tal aspecto na

² Importante observar a diferenciação entre a categoria *Romance Histórico*, sempre em itálico, e o gênero Romance Histórico, somente com as iniciais em maiúscula.

análise. Concebia como trabalho de historiografia literária somente o do autor da obra classificada enquanto Romance Histórico ou Novo Romance Histórico. Duas razões, porém, alteraram essa opinião: 1) a grande maioria dos pesquisadores nessa sub-área consideram seus trabalhos como pertencente à esfera da historiografia literária (e o objetivo desta tese é justamente apresentar uma cartografia dos estudos em historiografia literária, o que implica o que os pesquisadores da área concebem quanto tal) e 2) a categoria permite ter uma noção do que anda sendo privilegiado, ao longo desses 20 anos, enquanto obra válida de ser analisada enquanto reescrita de passado para os estudiosos de literatura. Nesse sentido, *Romance Histórico* enquanto categoria do *corpus* passou a ser válida para a pesquisa aqui empreendida.

Gráfico 02 – Romance histórico



Ao se observar o Gráfico 02, o que primeiramente chama a atenção é a oscilação de 1994 (fortemente destoada dos demais anos), indicando o momento de maior pico de representatividade da categoria, com índice de mais de 35%. Também é marcante a frequência da categoria nas ABRALICs a partir de 1990: com exceção de 2002, *Romance Histórico* aparece em todos os anos, com representatividade relativamente expressiva, com exceção de 1992. Então, temos a seguinte oscilação diacrônica: decréscimo na passagem de 1990 para 1992, quando os índices indicam variação de 15% para pouco mais de 5%; alta vertiginosa na passagem de 1992 para 1994, quando os índices indicam aumento

de mais de 30%; nova queda, dessa vez abrupta, na passagem para 1996, quando os índices chegam a pouco mais de 10% e, daí em diante, até 2004, oscilação relativamente equilibrada no sentido de crescimento: pouco mais de 15% em 2000 e salto para quase 30% em 2004. Finalmente, na virada para 2006, verifica-se nova queda – não tão abrupta quanto na virada de 1994 para 1996 – para quase 15% (quase 50% a menos em relação ao ano anterior) de representatividade.

Em análise qualitativa, constata-se a ocorrência de um padrão principal – preocupação em classificar as obras como sendo pertencentes ao gênero Romance Histórico –, o qual começa a se constituir somente a partir de 1992, e de pequenas “ilhas” com focos diferenciados que aparecem de forma esporádica ao longo dos anos. Importante fazer duas observações sobre a apresentação da análise qualitativa dessa categoria: primeiramente, a grande maioria dos trabalhos formadores do padrão principal não é descrita em virtude de apresentarem praticamente os mesmos argumentos em seu desenvolvimento, o que tornaria as descrições extremamente repetitivas; outro ponto é que, mesmo sem formar padrão de natureza alguma, muitos trabalhos merecem destaque em função de seu foco de interesse e forma de realização, daí a ocorrência de tantas descrições isoladas na categoria.

Em 1990, então, temos o trabalho de Magda Medeiros Furtado, da UFRJ, intitulado “Memória invencível: literatura e história em João Ubaldo Ribeiro e José Saramago”, o qual trata de dois Romances Históricos – *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, e *O ano da morte de Ricardo Reis*, de José Saramago –, objetivando defender que a literatura tem maior capacidade de resgatar a história por meio da memória do que a área da história. Para defender seu argumento, a autora afirma que tais obras lidam com o imaginário cultural tanto brasileiro quanto português: o brasileiro, através das paródias de obras literárias e o português, através das vozes de Camões e Fernando Pessoa. Seu argumento é que os autores em questão narram melhor e mais verdadeiramente (apesar de abrirem mão *da* verdade) porque narram na perspectiva dos vencidos e não dos vencedores, como o discurso histórico oficial. Segundo Furtado, eles “alçam a literatura à frente da história, porque é como romancistas que eles têm a liberdade de contar não a história como foi, mas como poderia ter sido, geral e generosa. Uma outra história, que ficou perdida na possibilidade, e que só a memória invencível da literatura pode resgatar” (FURTADO, 1990, p. 470).

O perigo nesse tipo de abordagem é que, ao se defender uma área como melhor do que a outra nesse tipo de realização, corre-se o risco de cair no mesmo equívoco aqui debatido. Assim, dizer que a literatura é melhor do que a história é tão unilateral e exclusivista quanto o contrário. Muito mais interessante seria tentar demonstrar como o discurso literário de reescrita do passado lança novos e diferenciados olhares sobre o discurso oficial histórico, permitindo questionamentos e novas perguntas sobre esse discurso.

Com perspectiva de análise outra, temos o trabalho “Três concepções da relação ficção-história numa leitura de *Boca do Inferno*”, de Luiz Alberto F. Brandão dos Santos, da UFMG. O autor tem como objetivo analisar o romance *Boca do Inferno*, de Ana Miranda, a fim de demonstrar a apropriação dos elementos factuais realizada pelo discurso fictício; ele observa uma “progressão” na obra que “vai da factualidade do caráter documental (o passado histórico) até a construção de um universo imaginário no tempo atual da recepção dessa construção (a presentificação ficcional)”. (SANTOS, 1990, p. 527). Assim, a obra é um romance feito *a partir* de profunda pesquisa histórica (factual) acerca do conflito entre duas famílias e da estrutura político-econômica na Bahia do século XVII, mas que se vale de recursos ficcionais, tais como criação de personagens, construção de motivações psicológicas etc. Ou seja, o material factual dialoga com o material do imaginário, de forma a elaborar-se uma perspectiva híbrida entre os dois. Nesse sentido, Santos concebe o Romance Histórico

como uma proposta de deslocamento em relação à História. O objetivo fundamental no livro não é a retomada de um momento específico da História (...) de ser uma História que se retome. Seu propósito é se contrapor à História no que diz respeito ao questionamento de sua objetividade. (...) Enquanto a História – entendida aqui como documentalidade, como oposição verdadeiro/falso, verídico/inverídico – se outorga o direito de reconstruir o passado, sem nenhuma mediação entre o seu objeto e sua descrição, a Ficção assume-se reconstruindo esse objeto através da explicitação do caráter mediador do subjetivo (ou seja, do sujeito) (*Ibidem*, p. 528).

A fim de exemplificar como a obra *Boca do Inferno* deve ser concebida enquanto síntese entre Literatura e História, Santos comenta a parte intitulada “O destino”, na qual convivem, integrados, os dados históricos do destino posterior de personagens verídicos e os dados ficcionais das personagens inventadas, ou seja, permite-se a releitura do passado através de uma atualização no presente,

atualização essa que permite certa revitalização da figura de Gregório de Matos, tão conturbada no cânone da história da literatura brasileira.

Em 1992, evidencia-se esboço do padrão principal com o trabalho “Jorge Amado entre a ficção e a história: como recorte – *Gabriela cravo e canela*”, de Maria Carmen de Souza, da UFRJ. Ao lidar com a obra *Gabriela cravo e canela*, de Jorge Amado, Souza objetiva defender que tal obra deve ser classificada como Romance Histórico. Para tal, descreve-a procurando identificar elementos os quais diz serem históricos simplesmente por retratarem a sociedade baiana de inícios do século XX, como, por exemplo, o mundo rural do cacau, a cidade ainda pré-urbana, os retirantes, os vagabundos etc. Trata-se, a meu ver, de uma postura problemática, porque, nesse sentido, praticamente toda obra literária deveria ser classificada como Romance Histórico, visto a literatura lidar sempre com aspectos da realidade. O único argumento que Souza apresenta, além de exemplos, para sua defesa é dizer que se trata de um Romance Histórico porque é capaz de demonstrar os agentes sociais ao trazer vozes socialmente diversificadas. Novamente, constata-se fragilidade do argumento, pois, nessa perspectiva, inúmeros são os romances que deveriam receber a rubrica de Romance Histórico, pensemos, por exemplo, em romances de João Gilberto Noll e Luiz Ruffato.

Em 1994, percebe-se uma tomada de consciência, por parte dos estudiosos, das principais discussões teóricas em torno do tema de seu interesse. Nomes que antes não apareciam, como pensadores do Romance Histórico (Linda Hutcheon e Lynn Hunt) ou a discussão historiográfica promovida pelos Annales, agora fazem parte constitutiva dos trabalhos apresentados. O padrão também se confirma com a maioria dos trabalhos na vertente classificatória, tendo como objetivo descrever um Romance Histórico a fim de demonstrar porque tal obra deve ser classificada como tal. Assim, como exemplo, temos o trabalho “Ponto aumentado, conto criado: as relações entre a história e a ficção em *História do cerco de Lisboa*, de José Saramago”, de Rita Maria de Abreu Maia, da UFRJ, em que a autora se limita a afirmar, através de exemplos da obra, que o romance de Saramago dever ser classificado com Romance Histórico porque permite questionar a historiografia oficial. Ou trabalhos como o de Stélio Furlan, da UFSC, intitulado “*Agosto: entre o possível e o passado*”, que utiliza a defesa do romance em questão enquanto Romance Histórico para ilustrar aspectos teóricos da relação história-literatura na discussão sobre Romances Históricos e afins.

Outro trabalho também constituinte do padrão principal, mas com argumentos mais interessantes, é “História e ficção no percurso de um *Jaguar em Llamas*”, de Marcia Paraquett, da UFF, o qual defende que permitir uma reavaliação do discurso histórico oficializado – no caso, o processo colonial da Guatemala – caracteriza uma das principais linhas de força da literatura hispano-americana na segunda metade do século XX. Para a defesa de seu argumento, Paraquett faz referência ao debate da Nova História, atentando para sua nova postura de intercâmbio com outras disciplinas como a Antropologia, a Economia, a Psicologia, a Sociologia etc., defendendo que as análises de Romance Histórico em literatura devem também dialogar com tais áreas.

Um trabalho interessante, que formará padrão secundário ao longo das ABRALICs – no caso, de tentar mostrar como o projeto emancipatório da América Latina só pode ser retomado através do discurso dos vencidos – é o de Cláudia Luna, da UFRJ, intitulado “O fracasso do herói: a reescrita da história em *O general em seu labirinto*”, o qual apresenta a leitura do romance de Gabriel Garcia Marquez, enquanto Romance Histórico, a fim de mostrar que o projeto emancipatório da América Latina ainda faz sentido. O que lhe interessa é ressaltar a forma e o viés pelo qual isso é tratado, demonstrar como Garcia Marquez apresenta uma grande crítica à escrita oficial da história. Segundo Luna, ele o realiza ao enaltecer aspectos sempre camuflados pelos discursos oficiais, como, no caso em questão, aspectos físicos e decadentes do herói nacional e ao torná-lo herói justamente por essa particularidade. Essa atitude tem *link* direto com a noção de latinoamericanidade que ela quer focar: não podemos ter a história dos vencedores, mas a dos vencidos; temos que buscar nossos heróis sociais nesta perspectiva, e somente assim, reataremos o projeto emancipatório de antes (rompendo, inclusive, com a forma de narrar e de valorar seus mitos).

Reforça a atitude de Marquez quando lembra que, na América Latina, há muitos exemplos da construção de uma história que atendeu a interesses hegemônicos, que representasse os interesses europeus e da metrópole, negando a identidade de milhões de homens e mulheres. Essa história narrou a versão mais conveniente aos interesses de certas nações e classes; e a construção dos heróis (com toda sua carga política e social) se adaptou a isso. Nesse sentido, o papel do escritor sempre foi determinante, quer corroborando quer questionando tais paradigmas.

A construção discursiva da figura de um herói admite duas versões: o herói vitorioso (derrota um modelo anterior e reafirma o vigente, sendo incorporado pela história oficial como exemplo para a humanidade) e o herói da resistência (embora derrotado pelo modelo, permanece como referencial para as gerações seguintes): ambos são acolhidos pela memória coletiva. Garcia Marquez, ao reescrever o herói histórico Simon Bolívar, distancia sua imagem da tradicional (tantas vezes retratada em obras artísticas de todas as espécies). O primeiro aspecto a se ressaltar é a imagem decadente do protagonista associada, desde o início, a sua derrota final, imagem que, segundo Luna, gera admiração, pois ele “faz coisas inimagináveis para alguém em seu estado” (físico) (LUNA, 1994, p 205).

Luna defende que, sendo o tema da obra o fracasso de Bolívar, a dimensão da derrota cresce, incluindo, assim, o fracasso histórico dos projetos latinoamericanos de emancipação e de construção de uma unidade americana. A postura na obra de Garcia Marquez não é, assim, reescrever a história para se criar algo novo, mas se ater aos limites da realidade para questionar o leitor no fracasso, mostrando que, aqui, não se pode escrever a história dos vencedores, mas somente a dos vencidos.

Nesse sentido, a leitura realizada por Luna é muito mais interessante para a perspectiva de reescrita da história do que muitas encontradas, pois foca não os aspectos fantasiosos que os Romances Históricos apresentam ao “reinventarem” elementos, mas sim, na alteração, ou reafirmação, de um herói por essa perspectiva outra, que valoriza o aspecto latinoamericano identitário. Um herói, aqui, não pode ser épico, visto este não ser um continente “vitorioso”. O ideário desse herói é opositor ao projeto metropolitano. Assim, sua referência a Marc Bloch sobre a noção da História enquanto ciência em construção, com poder de transformação, ganha novo vigor.

Em 1996, o padrão principal desaparece, dando vez a trabalhos comparativos. Nesta ABRALIC, todos os trabalhos lidam com a questão do Romance Histórico estabelecendo paralelos entre duas obras do gênero em questão. Mas a grande particularidade não é essa, e sim o fato de, pela primeira vez, estabelecer-se um diálogo histórico entre obras literárias: a literatura dialogando com ela mesma na perspectiva histórica via gênero Romance Histórico. Nessa linha, vale mencionar o trabalho de Angela Maria Rossas Mota

de Gutiérrez, da UFSE, intitulado “Canudos, uma ficção que narra Vargas Llosa”, o qual se preocupa em comparar a obra de Vargas Llosa com a de Euclides da Cunha, sobre o mesmo evento histórico: a guerra de Canudos. A autora está muito mais preocupada em estabelecer paralelos entre as duas obras do que analisar quais elementos históricos estão sendo recontados, revisitados, em cada obra. O que lhe interessa é ver como Llosa se apossou de outras obras sobre Canudos, sobretudo *Os sertões*, de Euclides, para escrever a sua.

Outro trabalho a ser destacado é o de Sylvia Helena Telarolli de A. Leite, da UNESPE, intitulado “A história recontada às avessas: uma leitura de *Novas cartas chilenas*, de José Paulo Paes”, que analisa a obra de Paes – uma reescritura da obra de Tomás Antônio Gonzaga. Sua preocupação não é defender a obra enquanto Romance Histórico, apesar de acabar estabelecendo paralelos que levam a tal reflexão, quando afirma que *As novas cartas chilenas*, de José Paes, realiza uma retomada “às avessas” da história oficial, dialogando, de forma satírica, também com a versão oficial da história da literatura, ao dialogar circunstancialmente com outros textos e poemas tidos como “sérios”, pelo cânone oficial. Leite reforça ainda que o maior interesse para o leitor de hoje é quanto ao caráter provocador da obra, de corrosão do código, levando-o a desconfiar duplamente do discurso da história enquanto manipulação e do discurso poético enquanto encenação.

Novamente, em 2000, o padrão principal está ausente. Mas reforça-se o secundário, que tematiza a figura do herói na América Latina, abordando-a, curiosamente, em perspectiva comparada entre duas obras do gênero Romance Histórico. Nesse sentido, temos o trabalho “A escrita de uma história anti-ritual”, de Graciela Raquel Ortiz, da Universidade Nacional de Rosário, que trabalha com os romances *A casa da serpente*, do brasileiro José Veiga, e *La revolution es un sueño eterno*, do argentino Adrés Rivera. O primeiro com foco na figura de Antônio Conselheiro e o segundo, na de Juan Castelli. Ortiz afirma que

os heróis que figuram no panteão nacional, aparecem como sem máculas, não compartilhando quase nenhuma das fraquezas dos humanos. Eles são sacralizados e venerados segundo as práticas e os rituais da História. (...) O Conselheiro e Castelli não pertencem ao bando dos vencedores, bem pelo contrário, são os vencidos dentro da História. Os escritores Veiga e Rivera se apropriam desses personagens perdedores e apresentam dois relatos que vão dizer em clave de ficção, o que o discurso histórico não disse. (ORTIZ, 2000).

Uma pena que a autora se restrinja a somente apontar elementos das obras selecionadas, sem realizar o tipo de análise revigorante de Claudia Luna.

Em 2004 o padrão principal volta a aparecer de forma muito pronunciada, sendo que a grande maioria dos trabalhos restringem-se a elencar os elementos que justificam classificar uma obra como Romance Histórico. Assim, não há necessidade de comentá-los, visto nada diferir dos comentários realizados no primeiro momento de evidência do padrão. Todavia, duas perspectivas chamaram atenção, ainda que se constituam como trabalhos isolados.

Primeiramente, temos o trabalho “Narrando fatos: história e historicidade em *O homem do castelo alto*, de Philip K. Dick”, de Anderson Soares Gomes, da UERJ. O curioso nesse trabalho é que o autor lida com uma obra tida como de ficção científica, lendo-a enquanto Romance Histórico no quesito de questionamento do discurso histórico oficial e da historicidade dada a esses discursos. Seu objetivo central é investigar o quanto há de história nesse tipo de romance. Para tal, fundamenta-se na comparação que Paul Veyne estabelece entre história e romance: “Como o romance, a história seleciona, simplifica e organiza” (GOMES, 2004). Segundo Gomes, ao fazer isso, Veyne problematiza a história vista como ciência pura e objetiva, defendendo que os recursos tanto do historiador quanto do romancista não diferem; ambos se apropriam de eventos, factuais ou não, e lhes dão ordem e significado “com o intuito de envolver o leitor em um mundo ao qual ele não tem acesso, a não ser através da linguagem utilizada por quem narra” (*Idem*).

De acordo com Gomes, Dick aponta preocupação com questões de cunho histórico em muitos de seus romances, principalmente sobre o papel do homem em eventos importantes do passado e sobre como fatos da história influenciam o indivíduo e a sociedade que o cerca. Ótica sob a qual a ficção científica apresenta nova perspectiva: deixa de nos projetar para o futuro, passando a nos relatar “histórias sobre o presente e, ainda mais importante, sobre o passado que deu origem a esse presente. Assim, a ficção científica é um estilo historiográfico, uma forma simbólica de se escrever a história” (*Idem*).

Nesses termos, o romance *O homem do castelo alto*, ambientado nos EUA de 1962, serve-se do fato passado da Segunda Guerra Mundial, invertendo a história oficial ao apresentar a Alemanha e o Japão vitoriosos e os EUA como

colônia com relações aparentemente harmônicas com pessoas de origem alemã, japonesa, americanos nativos, judeus perseguidos e negros escravos. Fatos e personagens do passado são desfamiliarizados e modificados (Roosevelt assassinado, Hitler sobrevive num asilo, fornos para aniquilação de judeus construídos em Nova York, maioria da população africana exterminada). Dentro dessa realidade fictícia, existe um escritor – Abendsen –, o qual escreve uma obra em que se narra, como ficção, a realidade apresentada pela história oficial. Dick cria, então, uma estratégia metaficcional para reescrever a história oficial da Segunda Guerra Mundial (ela é escrita enquanto ficção dentro da ficção). Nesse sentido, Gomes defende que a apropriação da atualidade sob o viés da história não é mérito dos teóricos e romancistas da pós-modernidade. Quando o gênero Romance Histórico teve seu ápice no século XIX, principalmente na figura de Scott, ele já problematizava a historicidade dos fatos, misturando-os com eventos e personagens ficcionais, o que permite uma ligação com a ficção científica. Segundo Gomes, “a ficção científica como gênero tem uma relação estrutural e dialética com o Romance Histórico (...), pois se o romance histórico correspondia ao aparecimento da historicidade, (...), a ficção científica corresponde igualmente ao esmaecimento e bloqueio dessa historicidade” (*Idem*).

É sob essa ótica que se pode ler o romance de Dick como gênero Romance Histórico, pois se buscam, em seu mundo ficcionalizado, novas estratégias de releitura e questionamento do passado histórico. Ele questiona se o conceito de historicidade estaria intrínseco ao objeto em si ou ao conhecimento histórico que se tem do mesmo, ou seja, se há história fora do discurso e, uma vez sendo negativa a resposta, como podemos confiar em um único discurso. A citação de Gomes é brilhante ao ilustrar isso: em um trecho do romance em que um personagem pega dois isqueiros e pergunta para uma moça se ela seria capaz de reconhecer qual, de fato, estava no bolso de Roosevelt quando foi assassinado e qual não estava (ou seja, um tem historicidade e outro não), o narrador diz, ao final, “Você vê onde quero chegar. É tudo uma grande armação (...) Eu quero dizer, uma arma passa por uma batalha famosa (...) e é o mesmo que não tivesse passado, a não ser que você saiba” (DICK apud GOMES).

A escolha de Anderson Gomes em trabalhar com o questionamento da noção de historicidade através de um romance de ficção científica, lendo-o

enquanto Romance Histórico é interessantíssima, sobretudo porque apresenta novas frestas para se espreitar esse gênero.

Outro trabalho merecedor de recorte é “*Nau capitânia: a história navega pela ficção*”, de Eunice de Moraes, da FACEAR, que tem por objetivo mostrar como o tempo em um Romance Histórico é híbrido e, em função disso, capaz de perpassar, criticamente, o tempo presente no passado, o que permite o caráter de questionamento da verdade histórica.

Moraes se propõe a analisar o romance com base em uma das justificativas pelos prêmios literários que a obra ganhou: “destacar a figura humana do descobridor Pedro Álvares Cabral” (MORAIS 2004). Salienta, então, primeiramente, o fato de Galvani dar voz a Pedro Cabral, libertando o narrador da terceira pessoa, mas não de sua função (pois o leitor não pode deixar se iludir de que é Cabral quem fala). Assim, o autor, ao reconfigurar o passado, revela uma leitura presente sobre esse passado – e é essa leitura que identifica narrador/autor com narrador/personagem, sendo esse narrador/autor a figura do presente.

Moraes filia-se a Paul Ricoeur, em *Tempo e narrativa*, lembrando que uma das funções do historiador é re-efetuar e dar novo significado ao passado, cabendo ao narrador/personagem instaurar o mundo do “como se”. Assim, ela ultrapassa a perspectiva de simplesmente elencar exemplos que justifiquem ser ou não uma obra um Romance Histórico para analisar estruturalmente seu agenciamento. Seu objetivo é justamente entender como ocorre essa atualização do tempo histórico em uma narrativa de Romance Histórico. Defende que ela ocorre em função da relação intrincada entre os dois tipos de narradores: o narrador/autor cria as condições de surgimento do narrador/personagem, que permitirá o aparecimento do “como se”, *locus* em que o narrador/autor poderá exercer sua crítica ao discurso oficial da história, cuja estrutura só permite ao narrador de terceira pessoa apontar “o que foi”. Assim, a ficção histórica – o Romance Histórico – fica marcada, simultaneamente, pela ambigüidade e pelo questionamento, o que evidencia sua natureza híbrida: a ficção busca dar significado ao mundo possível; a história busca representar um tempo vivido reinscrito no tempo universal; e a ficção histórica, que quer dar significado ao tempo vivido, reconstrói-o perpassado pelo possível, reinscrevendo essa construção no tempo universal: “o tempo da narrativa de Cabral, 1518, atravessa o tempo da narrativa de Galvani. O

que Cabral é posto a recordar coincide com a pesquisa histórica realizada pelo autor” (*Idem*).

Seu foco é inovador na lida com o gênero Romance Histórico, mas apresenta aspecto problemático quando defende somente esse gênero ser capaz de reescrever um tempo vivido atualizando-o de forma crítica, desconsiderando, assim, as novas propostas de reescrita histórica na área da História.

Em 2006, temos um perfil bastante variado de projetos, o que faz com que esta ABRALIC não chegue a constituir perfil específico. Assim, aparecem ainda trabalhos do padrão principal, ou seja, preocupado em defender um romance enquanto pertencente ao gênero Romance Histórico, como, por exemplo, o trabalho de Dante Gatto, da Unemat, intitulado “O romance histórico de Mato Grosso”; há trabalhos do padrão secundário de comparação entre obras literárias do gênero Romance Histórico, como, por exemplo, “Quatro olhares cruzados sobre a grande guerra”, de Marilene Weinhardt, da UFPR, ou “A identidade literária de Bento Teixeira em 2 romances históricos: *Os rios turvos* e *O primeiro brasileiro*”, de Alcmeno Bastos, da UFRJ; mas aparece, também, uma tendência nova, e interessantíssima, que é tratar o papel social de escrita de obras do gênero Romance Histórico.

Nessa linha, destacam-se os trabalhos de Rafaella Berto Pucca, da UEL, e de Maria Elizabeth Chaves de Mello, da UFF. O primeiro intitula-se “Em busca da identidade feminina: desconstrução e metaficção historiográfica em *A mulher que escreveu a Bíblia*, de Moacyr Scliar”, e busca, através da leitura da obra em questão, atentar para a importância social desse tipo de romance na chamada Grande História da Literatura, em função de seu caráter questionador de cânone. O segundo intitula-se “Romantismo e/ou contemporaneidade: presença de alguns mitos românticos na literatura hoje”, e tem por objetivo tentar entender qual o sentido de se voltar para o passado hoje. Trabalha com o romance *Rouge Brésil*, de Jean-Christophe Rufin, para o qual coloca questões como: “como esse romance realizaria uma ruptura com a ruptura, retornando ao Romantismo em pleno XXI? Que visões de Brasil podemos ver nele? Haveria um olhar europeu sobre o Brasil, que teria suscitado a nossa própria visão de nós mesmos?” (MELLO, 2006, p. 03)

O romance – uma releitura da colonização brasileira – se passa no século XVI. Ao discutir o problema da alteridade – como, por exemplo, o fato dos índios só “descobrirem” que eram índios com a chegada do homem europeu –, denuncia

as conseqüências dramáticas de um olhar etnocêntrico. Segundo Mello, há, em *Rouge Brésil*, a separação entre a ilha e o continente como metáfora da oposição entre o estado de natureza e o de cultura, como uma espécie de renovação dos temas do Romantismo anunciados por Montaigne e retomados por Rousseau. Mello se pergunta se o mal-estar do homem pós-moderno não teria gerado um retorno às utopias da Idade Média e do Renascimento (com o ideal de existência de uma terra paradisíaca em algum lugar do mundo) e elaboradas pelo Romantismo, o que engendra sua questão sobre qual o sentido de se escrever Romance Histórico hoje. A essa pergunta, a própria autora responde: “o que nos resta fazer hoje é essa busca de nossas origens, do momento em que tudo começou, para melhor entendimento do novo...” (*Ibidem*, p. 05).

Há ainda, trabalhos isolados, que não chegam a formar padrão ou tendência, visto não se conectarem a nenhuma das abordagens identificadas nesta ABRALIC ou nas anteriores. Como é o caso, por exemplo, do curioso trabalho de Danilo Cruz C. Micali, da UNESP, intitulado “*O enteado*, de Saer: narrativa poética e romance histórico”, que objetiva defender que a obra em questão não é um Romance Histórico, pois não é baseada em um fato histórico peculiar. Curioso porque não há registro de defesa da obra como pertencente ao gênero, o que não justificaria, a princípio, sua oposição.

→ Assim, em uma perspectiva mais ampla, constata-se a formação de um padrão principal e outro secundário, sendo que são evidenciados, tematicamente, pontos de afinidade entre um e outro trabalho isolado. Nesse sentido, temos, como padrão principal da categoria, a tendência de se estabelecer os critérios que classificam uma obra enquanto pertencente ao gênero Romance Histórico. Tal padrão se constitui na ABRALIC de 1992, atinge seu ápice em 1994, aparece em 2000, ainda que sem representatividade suficiente para se manter como perfil principal desse ano, e novamente volta a ser o principal em 2004.

A tendência de se realizar diálogo em perspectiva histórica entre romances constitui-se enquanto padrão secundário, que aparece pela primeira vez em 1994, constitui-se como perfil principal em 1996, manifesta-se com um único trabalho em 2000 e novamente constitui perfil secundário em 2006.

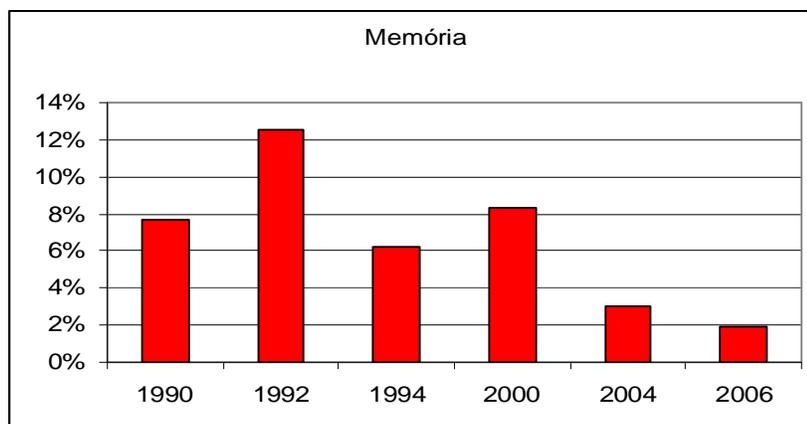
É interessante a quase ausência de trabalhos na perspectiva do padrão principal na ABRALIC de 2006 e o aparecimento de pequenos núcleos afins, que,

apesar de impedirem a formação de um perfil, em virtude da pequena frequência, apontam para novas possibilidades de enfoque na categoria. Eventualmente, é possível pensar que, depois da grande quantidade de amostras com intuito de definir os elementos que permitem a classificação de uma obra enquanto (Novo) Romance Histórico, comecem a aparecer trabalhos com análises mais significativas para a historiografia literária, como, por exemplo, a tendência, quantitativamente ainda tímida, de se questionar o papel social desse gênero no *corpus* da literatura no Brasil e, conseqüentemente, na rede de produções em torno da historiografia literária no Brasil.

3.3. Memória

Esta categoria trata dos trabalhos que lidam ou com o conceito de memória ou com seu registro, principalmente no que diz respeito a estudos de prática oral no resgate de memória cultural. O aspecto de memória está aqui catalogado porque entendo que o mesmo atravessa profundamente o subsistema de historiografia literária, visto lidar com um dos aspectos básicos dessa escrita.

Gráfico 03 – Memória



Ao se observar o gráfico 03, percebe-se que a categoria está presente a partir de 1990, apresentando oscilações consideráveis dentro de seus limites percentuais. No intervalo de 1990 para 1992, constata-se aumento de mais de 4% de representatividade, ao passar de menos de 8% para pouco mais de 12%. Na passagem de 1992 para 1994 há queda de mais de 6%, a qual é compensada no ano seguinte, em 2000, quando o índice volta a subir, atingindo representatividade semelhante a 1990. Esse novo interesse, contudo, começa a declinar a partir de

2004, com mais ou menos 3% de representatividade, evidenciando tendência de queda, confirmada em 2006, quando se atinge índice de pouco menos de 2%.

Em análise qualitativa, constata-se que só começa a se formar um padrão na categoria a partir de 1992. Em 1990, a produção ainda está isolada, como atesta o trabalho “(In)Confidências da Memória na poesia mineira do século XVIII”, de Reinaldo Martiniano Marques, da PUC-MG. Seu objetivo é entender o funcionamento da memória no discurso poético setecentista mineiro, sobretudo com a produção de Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga. Segundo ele, há um profundo entrelaçamento entre poesia e memória e, seria interessante estudar essa relação em uma poética produzida em contexto de revoltas como as de finais do século XVIII, em que tanto a ordem política quanto a cultural se entrelaçariam na poética em questão.

Marques aponta dois tipos de memória as quais acredita coexistirem na poesia mineira setecentista: 1) “uma memória arquivo, à qual recorre o sujeito lírico para confirmar a história oficializada e concebida de seu tempo e de si mesmo. Trata-se de uma memória que endossa a tradição, vista como passado petrificado, imóvel, e explicitada em monumentos e mitologias pessoais. Procura garantir identidades, afirmar semelhanças e continuidades” (MARQUES, 1990, p. 305) e 2) “a memória operadora da diferença, em que o passado é tomado como objeto de reflexão e apreendido como algo dinâmico, marcado pela mobilidade do presente. Aqui, lembrar significa desconstruir imagens e monumentos já estabelecidos (...). Ao invés de confirmar identidades, problematiza-as, propondo dessemelhanças, discontinuidades” (*Idem*).

Nessa trilha, Marques defende que, ao lado de Gregório de Matos, os poetas setecentistas mineiros já começam os caminhos críticos no campo da memória cultural, como que se preparando um terreno para, em tempos modernistas, serem aprofundados por Oswald de Andrade, com uma “poética da relação: a tese da antropofagia, em que o colonizador e sua cultura não serão negados, ou excluídos, mas devorados e assimilados criticamente”. (*Ibidem*, p. 314).

Em 1992, aparecem os primeiros trabalhos formadores do padrão principal da categoria, ou seja, a preocupação de se entender o agenciamento, através do discurso narrativo, entre a memória individual e a memória coletiva. Assim, temos o trabalho “Tempos e histórias”, de Ana Cláudia Coutinho Viegas, da Secretaria

Municipal de Cultura-Aruarama/RJ, que apresenta o trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Cultura na tarefa de “levantamento e preservação da memória” da localidade em decorrência da escassez de registros históricos sobre o município. Nesse processo, a autora destaca que foram “criados” documentos por meio das narrativas contadas pelos mais velhos, assinalando que não foi intenção dos envolvidos no projeto assegurar a veracidade dos relatos, mas sim atentar para a seleção feita pelos indivíduos ao contar as histórias, assim como para os procedimentos narrativos realizados por esses indivíduos, nos quais operam princípios fictícios relacionados com a realidade. Nesse sentido, o foco de interesse é nos procedimentos do indivíduo, tentando vinculá-los a um aspecto maior, que toque a estrutura do macro, onde realidade e ficção se confrontam. Sua proposta é bastante interessante enquanto projeto-exercício de micro-história na região, todavia, falta-lhe, aparentemente, um aparato tanto teórico-reflexivo, quanto metodológico próprios ao trado da memória e à prática de história oral, para dar feição e fundamentação ao projeto realizado.

O trabalho “Viagem e sucesso da nau São Francisco: tempo, espaço e memória”, de Angélica Madeira, da UNB, lida com a memória ao tratar um texto jesuíta como relato de sua época. Trata-se do relato de naufrágio “Viagem e sucesso da nau São Francisco”, ocorrido no século XVI, o qual integra uma coletânea feita por Bernardo Gomes de Brito, historiador português que teve sua obra publicada em 1735-36, em Lisboa. Madeira defende que o relato em questão não se trata de um Romance Histórico, nem de um texto que se quer literário, historiográfico, ou mesmo autobiográfico. Ela parte desse material dito alternativo e o lê no âmbito de um documento válido para revelar ou lançar luzes para uma época. Nesse sentido, são eventos vividos pelo narrador, dos quais ela destaca a percepção do jesuíta Gaspar Afonso, autor do relato, acerca de suas experiências (práticas culturais dos índios, frutas e florestas tropicais, os hábitos dos marinheiros com os quais convivia etc.).

Para Madeira, o interessante de se analisar esse relato é o fato do discurso apresentar uma superfície híbrida, “reveladora da coexistência confusa de valores, do enredamento de processos cognitivos e saberes opostos (...) [revelando uma variação] de signos indicando as misturas que se dão em momentos de transição epistêmica”. (MADEIRA, 1992, p. 105). Esses signos são de naturezas diversas, segundo ela, “portadores de traços pré e pós-renascentista, provenientes de

diversas esferas discursivas, do mito, da religião, do novo ‘organum’ do conhecimento empírico-racional” (*Ibidem*, p. 103). Assim, o que lhe interessa é ver como a memória se estrutura na narrativa.

Todavia, infelizmente, sua realização é bastante fraca, pois fica descrevendo e citando vários trechos, sem nem ao menos comentá-los e, quando o faz, realiza-o de forma muito superficial. Por exemplo, enumera os vários elementos que ele observou na natureza sem apontar, efetivamente, as implicações do discurso e da memória. Da forma como trabalha, poderia estar falando de um texto em qualquer tempo, uma vez que não atribui o significado desses elementos no processo constitutivo de um texto produzido dentro do universo barroco.

Nesse sentido, falta-lhe certo conhecimento quanto a métodos próprios da análise da memória, com procedimentos de contextualização da época analisada, da fonte alternativa utilizada para leitura de particularidade dessa época e, finalmente, a apresentação comparativa dos pontos em que a fonte irrita o discurso oficial, relativizando-o em sua generalidade. Pode ser esse desconhecimento que torna as análises por hora apresentadas superficiais. O momento em que melhor aparece a tentativa de aplicação desse tipo de discurso é quando trata da pessoa: “Consciente da distância entre as aventuras vividas, nas quais aparece muitas vezes como pertencendo a um personagem coletivo ‘nós’, e a aventura de sua narração, na qual é invariavelmente ‘eu’, o narrador oferece uma narrativa que se estrutura como a própria viagem” (*Ibidem*, p. 108).

Em 1994, confirma-se o padrão anteriormente estabelecido, com o trabalho de Vera Lucia Soares, da UFF, intitulado “Reescrevendo o passado histórico: um projeto paradoxal.”, o qual lida com a memória na relação individual-coletivo, ou seja, trata da escrita de si para representar um passado que transcende o individual e atinge o histórico. Para tal, apóia-se em Paul Ricoeur, que afirma existir entre a memória individual e o passado histórico (anterior à memória) uma recuperação parcial que contribui para a constituição de um “tempo anônimo” situado entre o tempo privado e o tempo público. Segundo Ricoeur, essas histórias estabelecem uma espécie de “ponte” entre a memória e o passado histórico (RICOEUR apud SOARES). Soares trabalha com a obra de Assia Djebar – romancista argelina contemporânea de origem árabe-muçulmana, nascida e criada na época da colonização francesa em seu país –, que fala de si em seu romance, mas sempre estabelecendo vínculo com questões sociais. Para tal,

apóia-se no uso de documentos tais como cartas e relatórios de oficiais franceses que participaram das principais batalhas, assim como relatos recolhidos da boca de suas ancestrais, o que constitui a memória anônima desse tempo. Assim, mostra como, através de uma narrativa ficcional, Assia consegue reconstituir seu passado histórico.

Em 2000, contudo, o padrão manifestado até então se interrompe. Como se este ano fosse o divisor entre o padrão principal e o secundário, que se forma somente a partir de 2004. Temos, assim, o trabalho isolado “Memória cultural e identidade nacional em Mário de Andrade”, de Roniere Menezes, da UFMG, o qual objetiva discutir os registros de Mário de Andrade sobre a cultura popular brasileira sob a perspectiva da memória. Para lidar com a memória aqui, Menezes se apóia na perspectiva de Freud, para quem

a memória estaria ligada à constituição psíquica, à força da impressão recente, àquilo que o indivíduo deseja efetuar. Associa o esquecimento à falta de desejo inconsciente de realização de determinados atos. Algum fator psíquico nega-se a reproduzir algo que traga desprazer. Esse é um dos fatores que limitam, de acordo com Freud, a visão da memória como um arquivo aberto, pronto a qualquer consulta (MENEZES, 2000 s/p).

A defesa do registro da memória, sob essa perspectiva, vincula-se à necessidade de impedir que ela se perca, uma vez que não está, segundo Freud, “livre de deformação”.

Menezes aproxima a atitude de Mário de Andrade da história da vida cotidiana, das mentalidades, dos papéis familiares, sociais etc., ou seja, daquilo que a terceira geração dos Annales iria propor nos anos 70, quando, institucionalmente, surge a chamada Nova História. Segundo Menezes, foi “exatamente esse mergulho na alma popular brasileira que fez do escritor paulista um homem de seu tempo.” (*Idem*).

Uma diferença marcante desse trabalho para os anteriores é a forte presença do diálogo com outras áreas, no caso, a Psicologia e a História.

A partir de 2004, evidencia-se formação de um segundo padrão, dessa vez, com trabalhos com grande potencial de histórias de mentalidade. Nesse sentido, temos o projeto de Fabiola Alves da Silva, da UFSC, intitulado “Lendo o passado no presente da revista *Cult*”, que trabalha com a questão da memória literária no *locus* do arquivo da revista *Cult*. Para tal, concebe arquivo literário como

conjuntos, coleções de documentos, que podem abrigar em seu seio – além do acervo, da correspondência, dos inéditos de certos escritores – publicações periódicas culturais, que, assim como esses outros elementos constituintes do arquivo, auxiliam na leitura de determinados períodos, colaboram para o estudo dos processos de construção de valores e resgatam a memória cultural (SILVA, 2004, s/p).

Utiliza como *corpus* os 36 números da Revista *Cult*, dos seus três primeiros anos de publicação, iniciada em julho de 1997, com intuito de esboçar hipóteses sobre as diretrizes que norteiam esse arquivo, atravessado pela marca da pluralidade, com combinação de elementos da cultura de massa e da dita cultura erudita, e que dá a impressão de oferecer mais destaque à memória dos autores e obras já canonizados em detrimento dos novos produtores culturais. Silva justifica a escolha dessa revista em virtude de sua estrutura híbrida: oscilante entre uma revista de reflexão (no âmbito mais acadêmico, científico) e uma revista de informação (mais comercial, mais próxima das massas); basta atentar para a variedade de textos que ali transitam, como, por exemplo, escritos instrutivos, didáticos, opinativos, reflexivos, de “exercício criativo” etc.

Sua proposta é bastante interessante, mas, infelizmente, a análise dos dados não aparece nesta comunicação. Resta saber se se trata de uma pesquisa em andamento, cujos resultados apareceriam futuramente.

Em 2006, confirma-se a tendência de preocupação com as mentalidades, com o trabalho “Memória, tempo e imagem nas correspondências de imigrantes alemães”, de Márcia Fagundes Barbosa, da UFSC, o qual trata da migração alemã para o sul do Brasil a partir do século XIX, mais especificamente, do estabelecimento dos imigrantes alemães na segunda metade do século XIX no Vale do Itajaí. Seu *corpus* de pesquisa são cartas que os migrantes do Brasil trocavam com os familiares alemães que ficaram na Europa. Segundo Barbosa, é possível perceber, com a leitura das cartas, tanto a experiência de desterritorialização quanto os confrontos culturais vividos pelos que migraram, o que aciona constantemente os mecanismos de lembrança, os quais buscam “sentido nas representações análogas às imagens presentes” (BARBOSA, 2006, p. 06). No novo lugar, as práticas simbólicas que determinam a subjetividade e a identidade do imigrante são reconstruídas numa busca de organização espacial, o que Barbosa confirma em vários trechos das cartas que analisou, como, por

exemplo, em uma carta em que aparecem referências às coisas que se fazia na Alemanha: uma mulher escreve “É a Alemanha no Brasil. Que seja hoje um dia tão feliz quanto aquele” (STUTZER apud BARBOSA, p. 08).

O principal objetivo de Barbosa é investigar as marcas *na carta* da continuação daquilo que só existe como lembrança, a fim de conseguir analisar a construção de um imaginário social. É nesse sentido que se percebe sua intenção em lidar com a memória dentro do contexto historiográfico, ou seja, da relação da esfera do individual (ou do pequeno grupo) com o coletivo (ou do grupo macro).

Também é interessante perceber como ainda há resquícios de história positivista nos pesquisadores de historiografia. Barbosa se utiliza do conceito de memória defendido por Jacques Le Goff, em seu livro *História e memória*, quando fala dos limites da história enquanto ciência em crise metodológica e da questão da memória escrita enquanto nova forma de poder, ou seja, trabalha em uma perspectiva de concepção da Nova História. Todavia, defende que memória e história devem ser lidas como

eventos que realizam movimentos dicotômicos de natureza e de tempo, [pois], enquanto a memória é um processo interior, que desenvolve quadros de analogias, está sempre em transformação e vinculada ao presente, a história é exterior ao grupo e ao indivíduo, tem um olhar voltado para o todo e para o único, simplificando as transformações numa unidade do passado (BARBOSA, 2006, p. 06),

ou seja, uma noção de história positivista, que concebia seu objeto de estudo enquanto totalidade passível de ser observado e analisado de forma global, cujas sequências eram explicadas em noção linear causal.

De qualquer forma, entretanto, trata-se de uma proposta de trabalho interessante para a lida com a memória permeando aspectos da historiografia (literária), dentro de uma concepção, de fato, de história das mentalidades e de resgate cultural.

→ Ao tentar estabelecer uma análise mais ampla da categoria, constata-se a ocorrência de dois eixos centrais. Em uma perspectiva quantitativa, o padrão principal é a perspectiva de tentar entender o funcionamento da memória, através do discurso narrativo, na relação entre o universo individual e o coletivo. E, como padrão secundário, têm-se esboços para possíveis futuras histórias de mentalidade

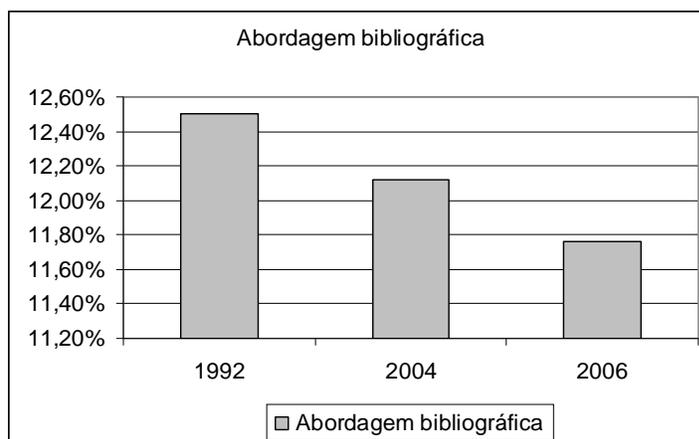
(mas ainda não realizadas, o que não permite a inclusão desses trabalhos na categoria de *Práticas de escrita historiográfica*). Todavia, esse padrão secundário apresenta-se como tendência de estudo sobre memória, visto caracterizar-se como perfil principal da categoria nos dois últimos anos, ou seja, a partir de 2004, sendo que, desde então, não aparecem mais trabalhos no padrão principal. Assim, seria interessante confirmar se nas ABRALICs futuras esse tipo de categoria se mantém e, em caso afirmativo, ver se o padrão até então principal não se altera.

Outro ponto a ser mencionado é por parte dos pesquisadores focados em memória é a não manifestação dos historiadores que lidam com memória, o que acaba por limitar a realização de alguns trabalhos à mera análise de discurso. Acredito que isso está intrinsecamente relacionado à falta de interdisciplinaridade constatada nessa categoria. Somente em 2000 e em 2006 o intercâmbio com outras áreas é evidenciado de forma mais explícita.

3.4. Abordagem bibliográfica

No que diz respeito a esta categoria, vale explicitar, primeiramente, que concebem-se como *Abordagem bibliográfica* os trabalhos que têm como foco a apresentação ou descrição de tema, autor, obra, período etc., sem preocupação em propor alteração para o objeto apresentado ou discussão sob novos ângulos. Mas, pura e simplesmente, apresentar um aspecto do objeto (da discussão). Esse tipo de trabalho é relevante porque, apesar do pesquisador não discutir ou apresentar soluções-alterações para o aspecto apresentado, seu trabalho permite reflexões, as quais podem originar outros projetos no aspecto historiográfico em literatura apresentado.

Gráfico 04 – Abordagem bibliográfica



A primeira coisa a chamar atenção no gráfico 04 é a não constância da categoria nas ABRALICs, só aparece nos anos de 1992, 2004 e 2006, sendo que esse tipo de preocupação apresenta tendência de declínio contínua. Aparece de forma mais acentuada em 1992 com mais ou menos 12,5% de representatividade; desaparece nos próximos quatro anos analisados (1994, 1996, 2000 e 2002); volta a aparecer em 2004, com representatividade de mais ou menos 12,1%; e menos ainda no ano seguinte, em 2006, quando apresenta índice de pouco menos de 11,8%.

Em análise qualitativa, pode-se dizer que, em 1992, os trabalhos apresentam como perfil principal a preocupação em apontar para a co-existência de diferentes concepções e, conseqüentemente, diferentes propostas para escrita de história de literatura, como atesta, por exemplo, o trabalho de Luiz Roberto Velloso Cairo, da UNESP, intitulado “Araripe Júnior e a invenção da história da literatura brasileira”, o qual simplesmente apresenta, de forma descritiva, o projeto de Araripe de uma história da literatura brasileira. Para tal, ele estabelece comparações entre Araripe e Silvio Romero, dizendo que, apesar de ambos conceberem a história da literatura como parte da história da civilização de um povo, Araripe era mais flexível quanto ao papel do crítico de literatura, defendendo que este não deveria se prender a um único método, visto as histórias dos séculos do Brasil serem diferentes entre si. Logo depois, Cairo apresenta o projeto de Araripe: elaborar série de perfis de escritores; partir de análise sincrônica de autores e obras; romper com a tendência diacrônica e, conseqüentemente, com o aspecto cronológico das histórias de literatura feitas até então, lembrando sempre que suas escolhas não rompem com o cânone proposto por Romero.

O importante deste trabalho é sua proposta sinalizando, já em 1992, para uma tendência de se começar a valorizar/resgatar pensadores em história de literatura no Brasil com posturas mais atentas com os momentos de crise que já se anunciavam e já se faziam sentir na academia.

Outro trabalho é “História, historicismo e crítica: abordagens do literário em um país chamado Brasil”, de Santuza Cambraia Naves Ribeiro, da IUPERJ, o qual objetiva somente contrapor três críticos literários, Roberto Schwarz, Flora Süssekind e Antonio Candido, quando de suas preocupações com historiografia literária no Brasil. Cambraia mostra em que aspectos as análises de Candido e de

Schwarz se aproximam (ambos postulam uma relação dialética entre texto literário e contexto social) e diferem de Flora (não leva em conta aspectos políticos, econômicos nem sociais); contrapõe Flora a Schwarz, apontando que este recorre a uma interpretação história fornecida por historiadores, enquanto aquela recorre à interpretação dos próprios narradores, numa espécie de meta- interpretação; mostra que Schwarz e Flora têm aspectos distintos para marcar o início da literatura brasileira (para Schwarz, o início de dá com a obra *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, enquanto Flora se concentra na singularidade de Machado na série literária, desconsiderando o contexto histórico-social); e atenta para o fato de Candido se preocupar com a tradição, vinculando-o à preocupação com o nacionalismo.

O comentário de Ribeiro “Nesse sentido, o comprometimento dos escritores de literatura nesse momento com o nacionalismo teria impacto sobre a imaginação dos mesmos” (RIBEIRO, 1992, vol. 02, 647) é o que justifica a necessidade, para Candido, de se demarcar o marco zero para a montagem de uma estrutura que contenha todos os elementos sistêmicos; o deslocamento de Schwarz para o procedimento formal (interno) que corresponda a uma interpretação “verdadeira” da realidade histórica (externa); e a importância, para Flora, da forma inovadora como um autor trata os elementos, como, por exemplo, Machado de Assis.

Neste trabalho, que não defende posturas nem apresenta soluções para impasses, fica claro como diferentes concepções de literatura geram posturas diferenciadas na lida com os textos-autores, conseqüentemente, diferentes noções periódicas e, finalmente, diferentes concepções de escrita de história de literatura.

Em 2004, o quadro se altera. Os trabalhos agora apresentam como perfil principal a preocupação em evidenciar o aspecto construtivo e variável do cânone.

Nesse sentido, temos novamente Luiz Roberto Velloso Cairo com o trabalho “O cânone da história da literatura brasileira na travessia do milênio: um permanente desafio”, mas com outro tom. A questão do cânone enquanto construção permanente aparece de forma explícita já no título. Todo seu trabalho é encadeado em torno da idéia de formação do cânone, vinculado à noção de nacional como elemento fundador para as histórias de literatura não somente no Brasil, mas na América Latina de forma geral. Percebe-se, agora, toda uma preocupação em criticar o cânone, ressaltando seu caráter de exclusão, visto ser

resultado de escolhas por parte de autoridades críticas, inseridas, necessariamente, em contextos ideológicos. Assim, Cairo apresenta o cânone oficial da história da literatura brasileira desde os românticos – começa em Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), em 1850, com o *Florilégio da poesia brasileira* – até chegar à virada para o século XXI – quando, segundo ele, se observa uma “tendência para a possibilidade de uma diversidade paradigmática no rol de textos que vêm a constituir não mais o cânone hegemônico, mas diferentes cânones para inúmeras variáveis de histórias literárias que passam a ser eventualmente inventadas pelas autoridades das diversas comunidades interpretativas.” (CAIRO, 2004 s/p). Nesse sentido, sua perspectiva de pesquisa continua sendo a apresentação/descrição do objeto, no caso, o aspecto construtivo do cânone literário, só que agora com um tom bem mais incisivo nas discussões de crise pelas quais a academia passava.

Outro trabalho interessante nesse sentido de formação de cânone é o de Marisa Barjute S. A. Bacha, da UFMG, intitulado “Bandeira escreve uma história para a poesia brasileira”, no qual apresenta o trabalho historiográfico de Manuel Bandeira. Para tal, elenca as obras que Bandeira realizou enquanto historiador, a saber, *Noções de história das literaturas* (1938), *Literatura hispano-americana* (1949) e *Apresentação da poesia brasileira* (1946); este último, segundo ela, pouco estudado e, portanto, foco de sua comunicação. Salienta os aspectos refutados por Bandeira em sua história, tais como, prolixidade, rebuscamento, retórica etc.; e os aspectos por ele valorizados, tais como, habilidade no manejo da linguagem. Seu marco vai desde Anchieta até a geração de 45 (com João Cabral de Melo Neto), lembrando que sua lista é totalmente seletiva em função dos critérios por ele adotados. Trata-se, evidentemente, de um trabalho de apresentação de obra, que confirma a discussão no momento de afirmação do caráter variável para a construção de um cânone literário, todavia, a autora deixa a desejar em alguns aspectos de sua apresentação, tais como, quando, por exemplo, afirma que “a concepção de nacionalidade adotada pelo poeta historiador admite, nessa perspectiva, a inclusão de alguns nomes tidos como menores, de alguns textos que foram esquecidos, dos que foram considerados estranhos ou estrangeiros” (BACHA, 2004, s/p), e não cita um nome sequer. O fato de Bandeira estar preocupado em resgatar nomes esquecidos já em 1946 me parece bastante relevante para se deixar de mencionar quais. Principalmente porque o

foco de seu trabalho é justamente a construção de diferentes cânones que não os tidos como oficiais.

Outro trabalho destacado é o de Regina Zilberman, da PUC-RS, intitulado “Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura”, que tem por objetivo estabelecer os preceitos paradigmáticos de Denis para sua concepção histórica de literatura. Para tal, além de apresentar sua trajetória até virar historiador, ela descreve como Denis divide sua história, de forma a salientar os critérios por ele utilizados na formação de seu cânone.

Finalmente, em 2006, a preocupação é bem diferente. Pode-se dizer que, nesta ABRALIC, os trabalhos desta categoria se caracterizam por simples exercícios de comparação (a exceção de um, “Tratado da Província do Brasil de Gândavo: a primeira ‘crônica’ da invenção do Brasil”, de Marcella Lopes Guimarães, da PUC-PR).

Como exemplos, vale citar “História das histórias”, de Wiebke Röben de Alencar Xavier, Jael Glauce da Fonseca e Marlene Holzhausen, sendo o primeiro da UFC e os dois últimos da UFBA. Trata-se de um trabalho que compara a leitura de três autores – Frei Mansueto Kohnen, com a obra *História da literatura germânica* (1949); Otto Maria Carpeaux, com a obra *Literatura alemã* (1964), e Erwin Theodor Rosenthal, com a obra *Literatura alemã* (1968) – com o intuito de mostrar como diferentes perspectivas produzem diferentes divisões temporais dos períodos estilísticos.

Outro trabalho nessa linha comparativa é o de Inês Cardin Bressan, da UNESP, intitulado “História da literatura brasileira: três perspectivas críticas em análise comparada”, em que compara Silvio Romero (com sua concepção de literatura centrada no meio e nas condições sociais), José Veríssimo (com a defesa de uma literatura como “arte literária”) e Afrânio Coutinho (que concebe o fenômeno literário como autônomo, tendo por principal objetivo despertar no leitor o prazer estético). Seu trabalho, no entanto, é muito superficial, diria que se trata, no máximo, de uma introdução aos autores em questão. A autora nem ao menos justifica o porquê de sua escolha por esses três historiadores de literatura. Diferente do trabalho “Histórias das histórias”, que tem um objetivo claramente demarcado.

Somente para confirmar o perfil comparativo desta ABRALIC, cito mais dois trabalhos: o de Luiz Calos Jackson, da USP, intitulado “Crítica literária e

sociologia: Antonio Candido e Roberto Schwarz”, em que o autor apresenta um estudo comparativo entre os dois autores; e o de Renata Telles, da UFSC, intitulado “O lugar das idéias hoje”, em que ela, a fim de apresentar como se estabelece a leitura do conceito de “idéias fora de lugar”, de Roberto Schwarz, estabelece uma comparação entre este e Antonio Candido.

→ Assim, ao se pensar a categoria como um todo, pode-se estabelecer o seguinte percurso: em 1992, o perfil principal era apontar para a existência de diferentes concepções de literatura e/ou de história da literatura, o que gera também diferentes propostas de escrita de história de literatura. Em 2004, esse aspecto se amplia, pois, além da preocupação com diferentes concepções, ocorre também preocupação sobre o aspecto construtivo dessas escritas, sendo que o foco principal é sobre a construção e variação do cânone literário ao longo dos tempos. Finalmente, em 2006, os trabalhos se caracterizam como exercícios de comparação, como se o foco de 2004 se confirmasse. Ou seja, se o cânone é construído e variável, deve haver diferentes escritas historiográficas em literatura, o que incentiva comparações.

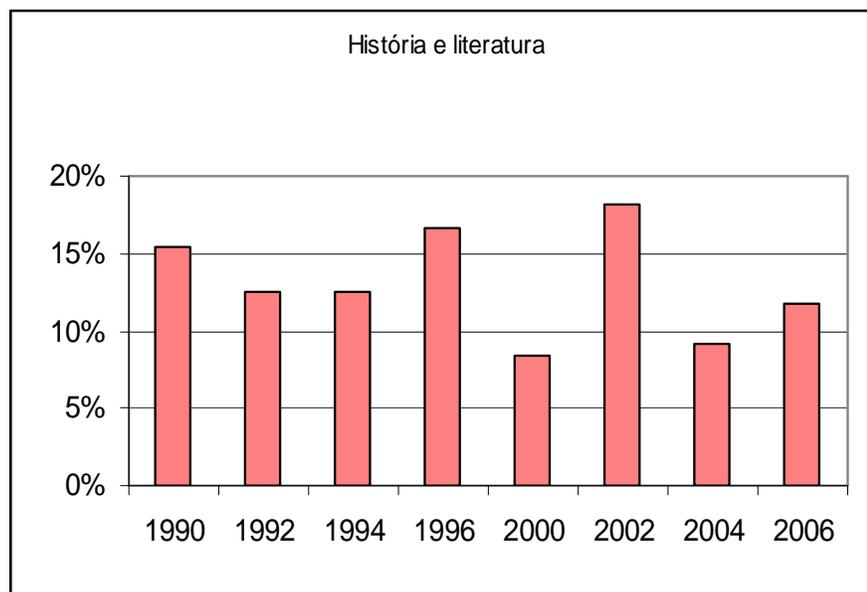
Em uma análise global, o aspecto comparativo é o mais freqüente, constituindo-se, assim, como padrão principal da categoria.

Um ponto a se destacar nesta categoria é que todos os trabalhos lidam somente com autores do pós-processamento (ou transitando nesse subsistema literário) canonicamente situados. Curioso pensar que o foco central é a evidenciação do cânone enquanto variável e que não se apresente nenhum projeto fora do cânone oficial.

3.5. História e Literatura

Nesta categoria, reúnem-se os trabalhos que refletem, especificamente, sobre os elementos de contato das áreas da História e da Literatura, tentando entender em que sentido e sob quais aspectos essas duas áreas dialogam entre si.

Gráfico 05 – História e literatura



Ao se observar o gráfico 05, constata-se ser essa uma reflexão constante na ABRALIC desde o segundo ano de sua instituição, em 1990, com um gráfico relativamente regular, sem grandes picos, como o de *Romance Histórico*, por exemplo. Seu menor pico ocorre em 2000, quando atinge 8% de representatividade, e o maior no ano seguinte, em 2002, quando atinge o dobro, 18%. Nos demais anos, observa-se uma oscilação relativamente equilibrada. Na sequência gráfica, então, percebe-se a seguinte oscilação: em 1990 atinge representatividade de pouco mais de 15%, apresentando queda para 13% em 1992, quando se mantém praticamente estável em 1994, com o mesmo índice. Em 1996, os índices marcam aumento para pouco mais de 16%; perspectiva que se altera enormemente na virada para 2000, quando os índices atingem 8% de representatividade. Novamente, constata-se alteração radical na virada para 2002, com índice de 18%; nova queda em 2004, com pouco menos de 10% e, finalmente, em 2006, índice apontando novamente para alta com pouco menos de 12%.

Em análise qualitativa, constata-se a formação de um padrão principal – defesa do cruzamento entre as duas áreas, Literatura e História, seja no processo de assimilação da realidade, seja no processo de escrita – desde 1990, o qual é seguido de perto por um secundário, que aponta, justamente, para distanciamento entre as áreas, em sua maioria defendendo que a escrita literária tem maior capacidade de registro dos fatos históricos do que a escrita histórica.

Assim, temos, em 1990, o trabalho “O encanto dos mitos: literatura e história”, de Janice Theodoro da Silva, da USP, que defende duas esferas de aproximação entre Literatura e História. A primeira pretende validar o uso de texto literário como fonte história, mas Silva argumenta que, para que tal perspectiva se valide, o historiador precisa realizar constantes cruzamentos entre a fonte literária e a tradicional fonte primária, a fim de que seu discurso não perca nunca o vínculo com a esfera referencial. A segunda pretende legitimar a aproximação estética entre Literatura e História. Neste trabalho, ela se centra mais no segundo aspecto, citando, como exemplo, a estética barroca. De acordo com Silva, a única forma de se caracterizar devidamente o Barroco é através de demarcação cronológica e avaliação de sua conjuntura histórica, com eventos como a Contra-reforma e a crise dos Estados europeus.

Outro trabalho é “1968: de estórias e histórias”, de Delsy Gonçalves de Paula & Heloísa Maria Gurgel Starling, da UFRJ, que pretende discutir o papel da Literatura e da História em relação aos fatos ditos reais. Neste trabalho, as pesquisadoras focam o período histórico de 1968 no Brasil, apontando que a forma como a História e a Literatura abordam o ano de 1968 gera a ilusão de um “passado integral e verdadeiro” (PAULA & STARLING, 1990, p. 521), sem fragmentos, sem rachaduras. Tal concepção é perigosa porque concebe o passado como algo estático, à espera de resgate, o que, segundo elas, desencadeia a percepção de tal período como “nostalgia de uma lição já terminada, lição de uma derrota” (*Ibidem*, p. 522). Paula e Starling defendem, todavia, uma nova perspectiva. Segundo elas, existem pelo menos duas formas para se encontrar 1968: uma

corresponderia ao ideal da história-ciência, fundada na pesquisa das fontes firmada em leis explicativas próprias – uma reconstrução conceitual do passado mediante fontes documentais visíveis e presentes. A segunda forma corresponderia à ficção, às variações imaginativas capazes de transgredir os constrangimentos espaço-temporais que estão vedados à história-ciência (*Ibidem*, p. 523).

O problema é que tanto a História quanto a Literatura lançaram, de forma geral, o mesmo olhar sobre 68, enxergando, ali, um tempo homogêneo, “sem rachaduras, sem descontinuidade ou lacunas” (*Idem*), o que reforça o sentimento de falha, de não realização dos ideais e utopias formulados na época. Esse sentimento é

responsável, segundo as autoras, por um movimento de tentativa de preenchimento desse vazio, através da construção de um fim, da institucionalização da utopia, mas sempre enquanto fracasso. Assim, a busca pelo sujeito desse fracasso tornou-se a mote única tanto da perspectiva da História quanto da Literatura ao retratarem tal período. Seria muito mais interessante, na perspectiva de Paula e Starling, um cruzamento das duas perspectivas, o que inviabilizaria a concepção única do período, permitindo, assim, novas possibilidades de concepção e retratação do mesmo.

Em 1992, não se pode falar em um perfil dominante, pois há 50% dos trabalhos na linha do padrão principal, como “Desconstruindo a diferença: narrativa, estória e história”, de José Luis Jobim, da UFF, que discute a relação entre História e Literatura focando a questão da construção do discurso narrativo, pautando-se, para tal, nos pressupostos defendidos por Hayden White em sua concepção de metaficção histórica. Assim, Jobim defende a aproximação entre a narrativa histórica e a literária, dizendo que, no que diz respeito ao constructo discursivo, ambas pautam-se nos mesmos princípios, o que impossibilitaria, portanto, qualquer hierarquização entre ambas.

Mas também aparecem outros 50%, os quais se constituirão padrão secundário na totalidade da categoria, como o trabalho “A história, o vagabundo e a armadilha da ficção”, de Maria Irene Ramalho de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra, Portugal, cujo objetivo é demonstrar que o discurso literário precede o histórico. Para tal, defende a inexistência da História na Antiguidade, o que não ocorre com a Literatura, que se associa à organização do mundo em função dos mitos. A História teria surgido em função da necessidade de se historicizar os mitos, fenômeno que teria como consequência a distinção entre fato e ficção e, conseqüentemente, entre História e Literatura. Nesse sentido, a História teria surgido para auxiliar a organização do discurso Literário. Trata-se de um trabalho com grande potencial para novos questionamentos e perspectivas, todavia, a forma superficial com que constrói seus argumentos enfraquece-o enormemente.

Em 1994, o padrão dominante volta a ser o perfil principal, o que se evidencia, por exemplo, com o trabalho de Vera Follain de Figueiredo, da UERJ, intitulado “*Respiração artificial: as margens da história*”, que propõe uma reflexão sobre a possibilidade de legitimação absoluta dos documentos, mostrando que os limites entre a História e a Literatura são bastante tênues quando se

questiona a prática do historiador e a do ficcionista. Para ilustrar suas indagações, trabalha com a obra de Ricardo Piglia *Respiração artificial*. A escolha não podia ser melhor, visto o romance de Piglia tratar justamente da obsessão de personagens pela idéia de decifrar a mensagem secreta que acreditam existir no discurso histórico, debruçando-se, para tal, sobre textos de várias naturezas: cartas, jornais, literatura, filosofia etc. Ou seja, os “documentos” onde vão buscar as informações mesclam-se entre os tipos como oficiais da história (cartas, jornais etc.) e textos até então de outras áreas (literatura, filosofia etc.). A questão “como narrar os fatos reais?” se desdobra em outra: “como ler/interpretar os chamados fatos reais?”. Figueiredo acentua continuamente a questão sobre se podemos, realmente, discriminar quais os textos legítimos para se tentar interpretar/ler tais fatos, se há como realizar tal discriminação. É nesse sentido que defende, ao final, que a distinção entre Literatura e História se dilui cada vez mais.

A representatividade do padrão secundário é bem pequena, com o trabalho “Literatura, história e fingimento em alguns textos da literatura portuguesa”, de Lélia Parreira Duarte, da UFMG, que defende a proximidade, até o Modernismo, entre o texto literário e o discurso da História, justificando-a pelo fato de ambos lidarem com aspectos da cultura em que se inserem. Para tal, trabalha com textos da literatura portuguesa, defendendo que os textos portugueses escritos antes do Modernismo apresentam enorme proximidade da História, argumentando que, quando essa proximidade não está tão visível, é porque o texto quer fingir-se não histórico, quer fingir-se literário para driblar a censura. Assim, há textos na literatura portuguesa que poderiam ser vistos como verdadeiros “documentos” históricos, como, por exemplo, crônicas medievais, a épica camoniana, peças de Gil Vicente, as Histórias Trágico-Marítimas, romances de Alexandre Herculano e de Eça de Queiroz e a literatura neo-realista, pois, segundo ela, eles documentam claramente o momento histórico e os valores da cultura que os produz. Enfatiza, por exemplo, o texto *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, o qual se constitui enquanto único documento português da época a denunciar e a condenar a ideologia das cruzadas, equilibrando-se ambigualmente entre Literatura e História. De acordo com Duarte, o distanciamento entre Literatura e História ocorre a partir do Modernismo, e se justifica porque “o autor deixa de apresentar-se como dono do discurso e passa a valorizar e respeitar mais o leitor, que é visto então como

co-produtor do texto.” (DUARTE, 1994, p. 488). Segundo ela, a fissura entre História e Literatura só se intensifica com o tempo.

O problema central de sua concepção, a meu ver, é quando estabelece como distinção entre História (e, segundo ela, mesmo a Nova História) e Literatura a esfera da documentação. De acordo com Duarte, a História centra-se somente na validade do documento, enquanto que a Literatura, no modo de se documentar e, consequentemente, de relatar. Nesse sentido, parece ignorar as discussões da Nova História, sobretudo na terceira geração dos Annales, em torno de sua preocupação principal, a saber, *como* registrar o recorte realizado pelo historiador.

Em 1996, novamente, o padrão principal constitui-se o perfil principal, como demonstram os trabalhos “Romance, história e ficção”, de Leopoldo Comitti, da UFOP, que tem por objetivo demonstrar como os limites entre o que é assunto da História e o que é da Literatura vêm se confundindo ao longo dos tempos, visto ambos os campos passarem a ser compreendidos como discursos engendrados a partir de sistemas simbólicos de uma época. Com o questionamento do estatuto de verdade e mesmo de realidade, fontes tidas de um campo passaram a transitar pelo outro, o que vem ampliando experimentos tanto na escrita literária – quando se aproxima da histórica (Romances Históricos) –, quanto na escrita da História – quando se aproxima de aspectos da literária (escrita das mentalidades, micro-história etc.). Em ambos os casos, Comitti defende que as perspectivas atuais se centram muito mais no campo do possível do que no do verossímil.

Ou o trabalho de Marcia Paraquett, da UFF, intitulado “‘Sob fogo cruzado’: o descobrimento para Fuentes e O’Gorman”, que tem por objetivo demonstrar como a Literatura pode tanto reforçar o discurso histórico quanto desconstruí-lo. Para entender essa relação, compara a leitura do descobrimento da América, em duas obras latinoamericanas, *El espejo enterrado*, de Carlos Fuentes, e *A invenção da América*, de O’Gorman, uma com perspectiva mais próxima do discurso histórico oficial e outra questionando esse discurso com uma outra proposta. Assim, o discurso de Fuentes entende a atitude dos espanhóis como consequência de um processo histórico-cultural, o qual os acostumou a guerrear e a vencer. É por isso que descreve Colombo com admiração, chegando a dizer que “a descoberta da América veio criar uma nova possibilidade de exercício de

conquista” (PARAQUETT, 1996, p. 736), sendo que o descobrimento, para ele, é visto como um encontro entre civilizações.

Já O’Gorman defende que, em lugar de “des-cobrir” um novo espaço, os europeus “inventaram” um lugar segundo seus preceitos. Desse modo, haveria uma diferença brutal entre o que “fez” Colombo e o que “se diz que ele fez”. Para O’Gorman, dizer que Colombo descobriu a América (como o faz a tradição historiográfica) é uma interpretação do fato, e não sua descrição. Sem perder de vista o fato histórico, sua proposta procurara reconstruir a história, não do “descobrimento” em si, mas da “idéia” de descobrimento. A América, nesse sentido, só vira América “a partir do momento em que lhe atribuíram essa significação” (*Ibidem*, p. 734), o que implica tanto uma invenção geográfica (quando ela entra nos mapas) quanto histórica (quando passa a designar o “Novo Mundo”). O’Gorman propõe a substituição da idéia de casualidade do encontro da América pela idéia de “processo inventivo de um ente feito à imagem e semelhança do seu inventor” (*Idem*).

Assim, Paraquett defende que tanto a área da História quanto a da Literatura têm legitimidade o suficiente para tratar o tema, e que cada vez mais, através das leituras de ambas as áreas, consegue-se expandir o sentido do que ela diz ser “o maior advento histórico do século XVI” (*Ibidem*, p. 736).

O padrão secundário também se manifesta nesta ABRALIC, como o trabalho de Rosana Cristina Zanelatto Santos, da UFMS, intitulado “O mito de Inês de Castro: fronteiras entre a história e a ficção”, em que busca demonstrar a maior força do discurso literário em relação ao histórico na construção de um mito, no caso, o de Inês de Castro. Segundo Santos, o principal fator para a passagem de Inês a mito foram os textos literários que trataram o tema, ora suprimindo aspectos da “história oficial”, ora subvertendo-os. Como exemplo desse tipo de subversão-supressão, cita a obra de Antônio Ferreira, que procura resguardar a imagem do rei, pai de D. Pedro, no episódio, atribuindo o poder decisório quanto à morte de Inês aos Conselheiros. De acordo com Santos, o relato histórico “oficial” não seria capaz de cumprir o mesmo papel, “quer pela riqueza dramática, quer pelo estilo que acompanha a inserção ficcional” (SANTOS, 1996, p. 664).

Em 2000 não se constata a formação de um perfil, mas vale mencionar o trabalho “Identidade nacional e fronteiras culturais no novo romance histórico”,

de Valter Sinder, da UERJ/PUC-RJ, que tem por objetivo pensar como a idéia de identidade nacional está intrinsecamente relacionada às oscilações na relação entre História e Literatura. Apresenta que, no início do século XIX (antes de Leopoldo Ranke apresentar as bases da “história científica”), História e Literatura tinham a mesma função: “narrar a experiência e o acontecido com o objetivo de orientar e elevar o homem” (SINDER, 2000, s/p). Isso muda quando, Ranke, em 1830, ao apontar a tarefa do historiador como “apenas mostrar como (algo) realmente se passou” (*Idem*), acentua, profundamente, a separação entre História e Literatura, definindo o campo do possível de escrever e a realidade observável. A narrativa da nação que surge neste momento tem, então, uma grande idéia histórica, a qual está presente tanto no pensamento político quanto literário. No Brasil ocorre o mesmo, basta lembrar que o principal objetivo da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, foi a escrita da história, sendo que, neste mesmo momento, aparece o desejo de que isso ocorresse também através da Literatura, tida como formadora de um “vínculo de nacionalidade” (*Idem*). Nesse momento, a Literatura, que era a expressão dos Estados nacionais por excelência, está em total consonância com o ideal positivista comtiano.

É assim que Literatura e História se aliam, em diferentes momentos e de diferentes maneiras, com o intuito de forjar uma imagem de unidade, necessária à idéia de nacionalidade. Todavia, essa relação teve lá seus conflitos: “desde o princípio, literatura e história irão disputar a primazia de fornecer a orientação/interpretação-chave da nacionalidade brasileira, o direito de ser a doutrina de vida apropriada à sociedade e ao estado nacional brasileiro” (*Idem*).

Ao se analisar essa relação na “narrativa da nação”, com suas inúmeras variações, sobretudo na literatura contemporânea, Sinder defende que a relação entre História e Literatura, no que diz respeito à construção da nacionalidade, sai de uma perspectiva voltada para o futuro e chega, na chamada pós-modernidade, a uma perspectiva de volta ao passado, de resgate do que possa ser reinventado. Para ele, o gênero textual que melhor ilustra essa atitude é o Romance Histórico, em que Literatura e História se imbricam. Nesse sentido, “entender essas narrativas positivamente significa tanto apreendê-las enquanto vozes legítimas na produção das fronteiras e dos entre-lugares (espaços de negociação de diferenças e identidades) culturais da nação, como reconhecer que, desta forma, pode-se continuar a reinventar o Brasil e os Brasileiros”. (*Idem*)

Já em 2002, o padrão secundário apresenta-se como perfil principal, o que se constata, por exemplo, no trabalho “História, ficção e as representações do passado, em *Calabar*”, de Elizabete Sanches Rocha, da UNESP, cujo objetivo é defender a maior capacidade do discurso literário em promover questionamentos sobre discursos tradicionais-oficiais. Para tal, usa a peça de Chico Buarque e Ruy Guerra *Calabar*. Segundo ela, a peça tem uma percepção do passado divergente da história oficial, que o mostra sob o viés dos vencedores. A nova perspectiva na peça só é alcançada em função das várias vozes que ali se manifestam, apresentando pontos de vista heterogêneos a respeito da traição. “É assim que, paulatinamente, o discurso homogêneo da História vai se desintegrando, tomando uma forma inconclusa; vai transformando-se em versões” (ROCHA, 2002, p. 03), rompendo com as noções estanques que temos sobre “quem são os heróis históricos” (*Idem*) e, conseqüentemente, apontando para a necessidade de se redefinir conceitos tais como Brasil, brasileiros, colonizadores, traidores etc.

Desse modo, Rocha defende que o discurso literário é mais eficiente do que o histórico no quesito provocar no leitor uma reflexão sobre os eventos passados, pois opta por um discurso de caráter não teológico, deixando o texto sem respostas definitivas, o que implica participação ativa do leitor no processo de construção de sentido de forma a levá-lo, inclusive, a questionar os discursos com caráter outro, como, por exemplo, o histórico positivista.

Outro trabalho a ser mencionado é “Processos metaficcionalis no grupo pós-64”, de Tânia Pantoja, da UFPA, o qual tem como objetivo compreender como se dá o tratamento da noção de tempo e história nos romances do pós-64, focando, comparativamente, a construção do discurso literário e do histórico.

Para tal, destaca os procedimentos de colagem, citação direta ou indireta, pastiche, paródia, afirmação da individualidade, presença de uma suplementação radical entre a obra e o suporte histórico etc., a fim de reforçar a atitude metaficcional em relação à história, problematizando a relação entre história e ficção.

Para este trabalho, analisa os romances *A festa*, de Ivan Ângelo, e *A terceira margem*, de Benedicto Monteiro, explorando as múltiplas formas de textualidade dos romances, tais como, depoimentos, notas, fichas, inquéritos, citações acadêmicas, mais a introdução de alguma moldura da literatura de

viagens e da épica (*A terceira margem*) ou de elementos do melodrama associados ao romance policial (*A festa*).

Pantoja constata que essa variada reunião de gêneros tem como efeito imediato “a constituição de um painel de vozes” (PANTOJA, 2002, p. 09) que converge para a produção de variados sentidos do tema central tratado nas obras: o contexto ditatorial.

Em 2004, o padrão principal volta a ser perfil principal, sobretudo com a idéia de que a Literatura, ao se aproximar da História, ajuda a ampliar seu campo de atuação. Assim, temos o trabalho “História e Literatura: novas possibilidades para a historiografia”, de Beatriz Polidori Zechlinski, da UFPel, que objetiva defender uma maior proximidade da produção historiográfica da sociedade, libertando-a da esfera acadêmica. De acordo com Zechlinski, isso só pode ocorrer com a aproximação da História em relação à Literatura, atitude que, segundo ela, já começa a acontecer.

Ela defende que essa relação tem gerado redirecionamentos em alguns textos historiográficos, principalmente na perspectiva de se conceber a História como constantemente recriada, diante da constatação de que a visão que temos do passado se modifica, ela também. Daí a concepção do trabalho historiográfico como interpretação ou representação da realidade. É nessa perspectiva que o papel da linguagem – por muito tempo escamoteado pelos historiadores – é, finalmente, assumida no texto historiográfico, apontando o viés de aproximação da Literatura. Segundo ela, reconhecer que a linguagem faz parte do labor histórico é conferir-lhe uma dimensão literária.

Zechlinski evidencia tal aproximação, sobretudo na micro-história, o que explicaria a resistência que essa vertente histórica encontra na academia. O interessante desse tipo de historiografia é justamente sua aproximação do leitor, pois lhe permite o espaço de reflexão. Exatamente o que não ocorre na historiografia tradicional, que, ao permanecer presa nos limites do cientificismo, esqueceu-se de que precisa manter contato com os leitores leigos, e não voltar-se para dentro da academia, onde só comunica entre historiadores. Zechlinski defende que, se os resultados e reflexões geradas por essa produção não chegarem até a sociedade, não há razão para sua existência. Assim, a redirecionamento que se inicia na área da História de aproximação do texto historiográfico em relação ao literário tem muito a contribuir para a produção do conhecimento histórico.

Outro trabalho que confirma o padrão dominante é “(Re)contando a história: a recuperação da identidade negra em *Viva o povo brasileiro* e *Changó, El gran putas*, de Liliam Ramos da Silva, da UFRGS, que defende ser a Literatura responsável pela ampliação da área de atuação da História, assim como da maior aproximação da História em relação a culturas marginalizadas. Neste trabalho, trata da cultura negra africana, defendendo que, por serem suas memórias frágeis em função de uma cultura oral, só encontraram contexto de fixação depois que os Estudos Culturais estenderam o campo de atuação da Literatura, que pôde aproximar a cultura das discussões na área da História, permitindo dar voz ao até então marginalizado. Assim, essas narrativas, tidas como transculturais, problematizam ainda mais as relações entre história, memória e literatura, permitindo maior fluxo interdisciplinar.

Há, contudo, manifestação, também, do padrão secundário, como atesta o trabalho “Fato e ficção: a literatura conta a história e auxilia na construção identitária – Eduardo Acevedo Díaz e a ficção uruguaia”, de Mitizi de Miranda Gomes, da UFRGS, o qual tem por objetivo trabalhar com a noção de anacronismo em História e Literatura. Para tal, utiliza-se da obra do uruguaiano Eduardo Acevedo Díaz. De acordo com Gomes, o perigo de anacronismo na Literatura é praticamente inexistente – diferente da História – porque ela não tem o compromisso de reviver fatos passados; o que faz, ao tratar da História, é desenvolver uma atitude interdisciplinar, na qual “o escritor mostra que há um diálogo complementar entre Literatura e História” (GOMES, 2004, s/p). Nesse sentido, o relato literário é menos pretensioso do que o histórico, preocupado em parecer objetivo e tratar do real. Gomes defende a postura de Díaz, que, ao discutir a diferença entre os olhares do romancista e do historiador, confere ao segundo o caráter de “pesquisador e analista frio dos acontecimentos” (*Idem*) e, ao primeiro, “o trabalho de criador”.

Díaz apresenta tal concepção no final do século XIX, antes do advento da Nova História, o que evidencia caráter inovador de sua parte. A postura de Gomes, por outro lado, é bastante complicada, pois, ao defender a maior capacidade da Literatura de lidar com o passado do que a História, parece ignorar toda uma discussão desenvolvida na História desde os primeiros Annales, ou seja, desde a década de 1960, quando, justamente, o que entrou em pauta foi o caráter de pretensão de objetividade e de verdade do historiador. Há várias gerações de

historiadores que promoveram novos experimentos em História e em Historiografia, justamente o que permitiu, futuramente, a maior aproximação entre Literatura e História. Assim, quando Gomes concorda com a noção de Díaz, ela abre mão de todo esse debate. Prova disso é sua conclusão: “a história se diferencia substancialmente da literatura, pois esta se preocupa com a estética, com o efeito que a estrutura causa no leitor” (*Idem*), como se não houvesse tal preocupação na História hoje.

Em 2006, constata-se grande representatividade da categoria. Neste ano aparece, inclusive, formação de simpósios propondo, justamente, a discussão entre História e Ficção, tais como “Ficção e história: intersecções, construções e desconstruções”, organizado por Antônio Luciano de Andrade Tosta (não identifica sua instituição), que tem, como objetivo central, buscar “propostas que tratem da relação entre História e Literatura” (TOSTA, 2006, s/p) ou “Literatura e (re)escritura da história”, organizado por Ana Lúcia de Souza Henriques, da UERJ, que propõe discutir intercâmbios entre literatura e história, privilegiando relações entre discurso literário e discurso histórico, reflexões sobre o papel da literatura na (re)escritura da história e afins.

O padrão dominante consolida-se, com mais de 66% de representatividade dos trabalhos, como atestam, por exemplo, o trabalho de Adriana Meneguelli Da Ros, da UFMG, intitulado “Monumentos rarefeitos em *Nove noites*, de Bernardo Carvalho”, que apresenta uma proposta bastante inovadora: ler uma obra literária à luz de preceitos da História, justamente da crítica dos Annales. Para tal, baseia-se na concepção ampliada de documento proposta na terceira geração dos Annales, sobretudo de Jacques Le Goff, tanto sobre o fato dos documentos se constituírem monumentos quanto o fato da ficção também poder ser considerada documento – enquanto registro de uma época. Realiza, assim, um exercício de leitura da obra *Nove noites*, de Bernardo Carvalho nesta perspectiva, a fim de comparar aspectos da área da História com da área da Literatura, buscando refletir sobre qual delas melhor dá conta de registrar os impasses de registro de uma realidade. Segundo Ros, *Nove noites* permite perceber como veracidade e ficção se imbricam.

O aspecto problemático em seu trabalho é o uso indiscriminado de concepções de História, utilizadas de acordo com seu interesse argumentativo: quando quer criticar e mostrar limitações na História, utiliza-se de conceitos

positivistas, quando busca base para defender a leitura do romance de Carvalho enquanto História, apóia-se na concepção de Le Goff.

Vale lembrar que o padrão secundário também se manifesta nesta ABRALIC, como se percebe no trabalho “Discurso literário e contexto histórico: interdeterminações”, de Sônia Aparecida Vido Pascolati, da Faculdade de Educação de São Luís, cujo objetivo é defender que o registro de imagens do passado realizado pela Literatura é mais eficiente do que o realizado pela História porque torna possível a ocorrência de vazios em seu discurso, o que lhe permite receber perguntas diversas em diferentes épocas, de forma a realizar constantes atualizações desses registros, com diferentes releituras. Para chegar ao conceito de releitura com o qual pretende trabalhar, Pascolati lembra que, há décadas, a oposição clássica entre História e Literatura – à História a construção da verdade, com dados empíricos, e à Literatura a construção da ficção e da invenção, com dados do imaginário – vem sendo questionada e enfraquecida. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a História admite a não total objetividade e a não total verdade absoluta, a Literatura começa a operar em releituras da história através de sua reescrita. Assim, Pascolati defende que a reescritura é sempre um modo de renovação de um texto da tradição. Neste trabalho, lida com diferentes releituras-reescritas de Antígona, uma de Jean Anouilh e outra de Berlot Brecht, focando sempre sua relação com a História. O texto base é a tragédia grega, cujos vazios permitem aos escritores em questão colocarem novas perguntas, condizentes com outro momento histórico, o que acaba, não somente atualizando o texto grego, como permitindo nova percepção do momento histórico no qual Anouilh e Brecht escrevem, a Guerra Mundial, ou seja, resgata-se um texto super recuado no tempo para lançar luzes a um outro momento histórico. É nesse sentido que Pascolati defende a Literatura como registro potencialmente mais amplo para as imagens da História, pois somente ela permite sua constante atualização.

→ Em uma análise mais ampla, confirma-se, assim, a ocorrência de um padrão principal, que se apresenta como perfil principal em cinco das ABRALICs (1990, 1994, 1996, 2004 e 2006) e que se caracteriza por defender uma aproximação entre as áreas da História e da Literatura, seja com o intuito de reler um período histórico conjugando as duas abordagens, seja com o intuito de lidar com o texto literário como sendo fonte primária para os estudos historiográficos,

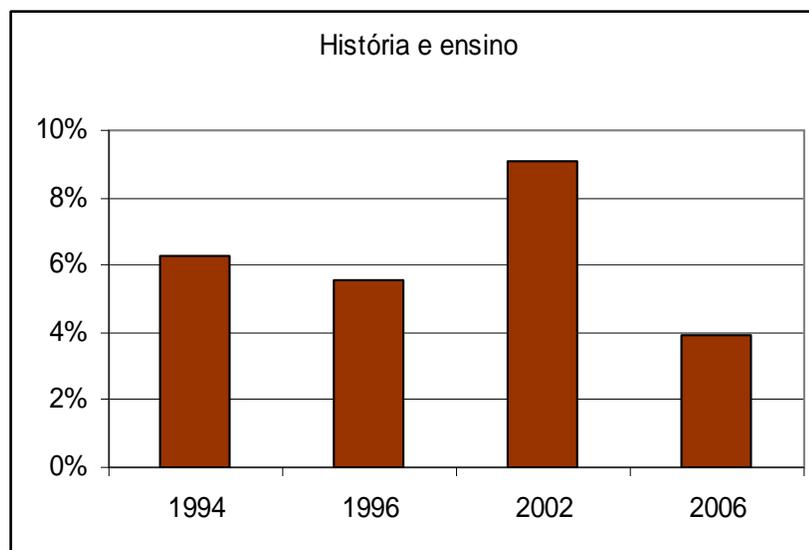
seja utilizando-se de concepções da Nova História para se ler a Literatura. O padrão dominante manifesta-se tanto pela frequência enquanto principal (em cinco anos) como quantitativamente, com 62,5% dos trabalhos.

Curiosa é a formação do padrão secundário, que aponta justamente para o distanciamento entre as duas áreas em questão. A frequência com que esse padrão se manifesta é bastante considerável (em todas as ABRALICs, salvo a de 2000), sendo que chega a constituir perfil principal em 2002. O aspecto problemático dessas concepções é que, quando pretendem defender a Literatura como área de melhor capacidade para o registro histórico, atestam desconhecimento das práticas propostas pela Nova História – concebidas a partir dos Annales, tais como história das mentalidades, micro-história, história do cotidiano etc. –, apesar de, curiosamente, demonstrarem conhecimento pelas principais discussões teóricas a esse respeito.

3.6. História e Ensino

Reúnem-se sob esta rubrica os trabalhos que tratam da historiografia literária focados no ensino de Literatura seja no ensino superior, seja no ensino médio.

Gráfico 06 – História e ensino



Ao se observar o gráfico 06, percebe-se que esse tipo de abordagem é quantitativamente pequeno (sua quantificação máxima é em 2002, com mais ou

menos 9% de representatividade) e apresenta oscilação relativamente regular ao longo dos quatro anos em que se manifesta. Aparece pela primeira vez em 1994, com percentual de pouco mais de 6%; em 1996, apresenta queda para pouco mais de 5%; após interrupção em 2000, aparece em 2002 com índice de pouco mais de 8% para, depois do salto em 2004, reaparecer em 2006, com 4% de representatividade.

Em análise qualitativa, percebe-se que só é possível vislumbrar a formação de um padrão em 2006. Antes disso, encontram-se somente trabalhos isolados que perpassam aspectos de ensino. Assim, em 1994, temos o trabalho “História da literatura e diferenças: o caso da literatura espanhola”, de Mário M. González, da USP, que defende a produção de um manual de literatura espanhola centrado em uma perspectiva diacrônica do ensino de literatura espanhola, mas focando como público alvo o aluno brasileiro, ou seja, para a licenciatura em Literatura Espanhola obtida no Brasil. González defende que a obra literária deve ser lida em seu contexto histórico, criticando veementemente as propostas de leitura da obra livremente, o que evidencia uma concepção de história de literatura ainda bem ancorada nos preceitos historicistas; o que se confirma quando critica o fato dos alunos chegarem às faculdades sem nunca terem visto um manual de história da literatura. Segundo ele, “a orientação do currículo escolar do segundo grau parece ter distanciado radicalmente o estudante brasileiro da literatura como fenômeno histórico” (GONZÁLEZ, 1994, 768). Compreende que uma forte preponderância no aspecto sincrônico prejudica a compreensão do processo histórico da literatura. O objetivo de seu trabalho é estabelecer os principais princípios norteadores para a produção do tipo de material cuja concepção defende, quais sejam, haver uma introdução histórica precedendo cada capítulo do possível manual, de forma a, ao se considerar autores e textos (mediante grandes eixos estruturadores), ser possível estabelecer a ponte com a história, permitindo leituras “que não escorreguem para a interpretação arbitrária” (*Ibidem*, p. 769); avaliações críticas sem excesso de elogios ao povo espanhol; prioridade à leitura ao mesmo tempo crítica e interpretativa dos principais textos, encaixando-os no contexto da obra dos seus autores, os quais, por sua vez, devem ser vistos nas inter-relações do processo histórico-literário; fechar cada capítulo com uma mínima orientação bibliográfica (apontando para além do manual).

A leitura desse trabalho evidencia uma concepção de história da literatura ainda muito próxima dos modelos tradicionais, que primam pelo historicismo e por uma concepção de literatura dependente da história, como se a literatura só pudesse ser lida dentro do contexto histórico-social em que a obra foi concebida. Na verdade, sua proposta não é de um manual de literatura alternativo, mas sim, de um manual totalmente de acordo com os preceitos tradicionais de história da literatura do século XIX.

Em 1996, temos o trabalho de Raquel Esteves Lima, da UFMG, intitulado “25 anos de pós-graduação em literatura: balanço geral”, em que a autora apresenta, em perspectiva histórica, um balanço dos últimos 25 anos (entre 1970 e 1995) das principais pós-graduações em literatura na região sudeste do Brasil. Seu marco é o credenciamento da Faculdade de Letras da UFRJ na CAPES, em 1970, quando o modelo francês é preterido em relação ao norte-americano. A partir desse momento, dá-se a proliferação de pós-graduações em literatura.

Lima destaca a polarização existente entre Rio de Janeiro e São Paulo, com predomínio da abordagem de cunho sociológico, “visando articular texto literário com uma literatura do contexto histórico” em São Paulo e com o privilégio de “uma leitura imanente do texto, através de uma análise formal de seus fatores intrínsecos” no Rio, com foco na análise estruturalista na PUC e na análise filosófica, de base fenomenológica, na UFRJ. (LIMA, 1996, p. 1038).

Fala da UFMG, onde se buscou mesclar a preocupação com a contextualização do texto literário com a análise de seus aspectos imanentes, convivendo perspectivas de análise sociológica, fenomenológica, estruturalista e pós-estruturalistas a partir dos anos 80.

No balanço geral, afirma que, a partir da década de 80, as dissertações e teses produzidas nos cursos de pós-graduação renegam análises hermenêuticas das obras e começam a dar preferência à análise das práticas discursivas, com o privilégio de estudos temáticos, o que evidencia o abandono da perspectiva cientificista e histórica.

A partir da década de 90, evidencia-se maior presença de análises interdisciplinares, dentro do contexto de Literatura Comparada, com “entrecruzamento de literatura, cinema, teatro, jornalismo arquitetura urbana e pintura” (*Ibidem*, p. 1040), assim como o recurso a outras disciplinas das ciências humanas, tais como, antropologia, psicologia, história etc. Segundo Lima, buscou-

se, a partir de 90, produzir uma história das mentalidades, através da desconstrução dos pilares de sustentação da cultura ocidental.

Como escreve em 1996, quando os Estudos Culturais já se manifestam no meio acadêmico, termina atentando para novas perspectivas de relações neo-coloniais e estudos meta-teóricos, defendendo-as por suas múltiplas possibilidades interdisciplinares.

Em 2002, temos o trabalho de Susana Scramim, da UFSC, intitulado “Literatura, pesquisa e valor”, que foca a relação entre literatura e ensino via abordagem de periódicos acadêmicos, interrogando se as atividades dos pesquisadores exercem alguma influência na formulação do cânone literário nacional e nas orientações curriculares nacionais para o tratamento da literatura enquanto disciplina no ensino médio e superior. Os resultados parciais de sua comunicação fazem parte do projeto de pesquisa “A literatura e seus professores”, no qual se incluem estudos das revistas *Linha d’Água*, *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, *Revista da ANPOLL* e *Revista Inimigo Rumor*.

Para Scramim, o processo de institucionalização da literatura mantém, além de outras, relações de dependência com o ensino. Assim, é possível pensar que o ensino da literatura, seja na universidade, seja no ensino médio, participa do processo de institucionalização da literatura devido ao caráter mobilizador da crítica escrita pelos pesquisadores e professores de literatura. Busca, então, evidenciar as relações entre a investigação científica da literatura operada por críticos e teóricos nas universidades e o fortalecimento do cânone literário nacional, com seus desdobramentos no tratamento disciplinar da literatura no ensino médio e superior.

Segundo Scramim, a relevância do estudo focado nas revistas se deve ao fato dessas servirem de veículo de divulgação dos textos críticos de professores de língua e literatura do ensino médio e superior, sendo muitos desses professores figuras com funções importantes na organização curricular dos sistemas educacionais de estados e municípios brasileiros.

De acordo com ela, a mais institucionalizada é a revista da ANPOLL, por ser uma publicação da associação de programas de pós-graduação.

Uma de seus sub-projetos até então era perceber se a pesquisa avançada em literatura publicada na *Revista Brasileira de Literatura Comparada* tem influenciado na consideração da literatura enquanto disciplina.

Somente em 2006, começa-se a esboçar um perfil, com os projetos de Vanderleia da Silva Oliveira e de Marcello de Oliveira Pinto. A primeira, da UEL, com o trabalho “O lugar da história literária no ensino de literatura brasileira”, de perspectiva quantitativa, confirma que o ensino de literatura nos cursos de Letras (ela trabalha com seis instituições específicas: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade do Centro Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Oeste (UNIOESTE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual do Paraná, campus de Cornélio Procopio (UNESPAR-FAFICOP)) ainda se pauta em abordagem historicista, privilegiando o cânone instituído no século XIX, e que os professores, em função de serem formados nestes moldes, perpetuam essa lógica nos colégios, o que acaba levando a literatura a ser tratada como pretexto para se ensinar aspectos gerais na história (ou pior, para confirmar a existência de “espíritos de época”). Segundo Oliveira, o que deve ser pauta no ensino de história de literatura é, justamente, a discussão do cânone.

A autora apresenta toda uma perspectiva histórica do ensino de Literatura no Brasil, desde o Decreto 2006, de 24 de outubro de 1857, quando, com a implantação da análise e crítica dos clássicos portugueses no currículo de Retórica e Poética, substituíram-se os quadros da literatura nacional pela história literária portuguesa e brasileira, de forma que a vertente historicista no ensino secundário se sobrepôs à retórico-poética. Assim, até 1889, literatura e história literária eram tidas como sub-itens das aulas de retórica e poética. A partir de 1892, literatura passa a ser estudada no sexto ano no lugar de retórica e poética como um processo histórico de representação da nação. Inclusive, em 1906, Silvio Romero e João Ribeiro adaptam a *História da literatura brasileira* (de Romero) para o curso secundário, intitulado-a *Compêndio de história da literatura brasileira* (ainda hoje, vemos manuais pautados no aspecto cronológico com mínimas variações no que Romero estabeleceu).

Nesse cenário, várias são as obras que provam a preocupação com a produção de obras voltadas para o ensino de literatura no nível secundário: *Pequena história da literatura brasileira* (1919), de Ronald de Carvalho; *Lições de literatura brasileira* (1919), de José Ventura Boscoli; *História da literatura nacional* (1930), de Jorge Abreu; *Noções de história da literatura brasileira*

(1931), de Afrânio Peixoto; *História da literatura brasileira* (1939), de Bezerra de Freitas.

Percebe-se, também, a especialização, no caso, mais ao alcance no nível superior, dos projetos de história de literatura, tais como, projetos coletivos, como o da Editora José Olympio, sob direção de Álvaro Lins, com dois volumes do qual um era *História da literatura brasileira: prosa e ficção* (1890-1920), de Lúcia Miguel Pereira, publicado pela primeira vez em 1950; publicação de trechos periódicos, como, por exemplo, *O realismo* (1870-1900), de João Pacheco, de 1963, até a *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi, de 1870, obras, principalmente, para o estudante de Letras, sendo esta última “a que melhor define a relação atual entre história literária e ensino de literatura, posto que é presença unânime nos cursos de Letra” (OLIVEIRA, 2006, p. 04).

Sua investigação buscar responder questões sobre “como é abordado o estudo de literatura brasileira, de que modo o uso das histórias literárias contribui para a formação dos conceitos de cânone e literatura, qual o sentido de se estudar história literária e se é possível uma nova metodologia para o estudo de literatura brasileira, desvinculado de uma proposta diacrônica, historicista” (*Idem*). Oliveira busca, com essa pesquisa, verificar qual o cânone literário das instituições de ensino pesquisadas e por qual perspectiva historiográfica ele é influenciado.

Em análise parcial apresenta que, das 06 unidades pesquisadas, 02 dividem a disciplina em LBI e LBII e 04 vão também até a LBIII, em regime seriado anual. Carga horária varia de 204 a 408 horas na soma geral. Ao se confrontar a carga horária proposta com o objetivo da ementa e sua bibliografia, constata-se um grande disparate: a maioria realiza somente uma visão panorâmica de tudo, o que confirma a idealização utópica de que o acadêmico terá uma formação completa sobre literatura brasileira. Dos programas analisados, somente 25% apresentam objetivos das disciplinas; nos demais, “o professor elabora seu programa apresentando um acúmulo de conteúdo, autores e obras a serem estudados, uma vasta bibliografia como referência teórica, além das histórias” (*Ibidem*, p. 06). Sendo que, para os 25% que apresentam objetivo, todos ficam no nível somente de “conhecer as principais obras do período” (*Idem*)

O mais interessante de observar é a distribuição do cronograma: LBI: literatura informativa e formativa, Barroco, Arcadismo e Romantismo; LBII: do Romantismo até o Modernismo, algumas até o pré-modernismo; LBIII: do

Modernismo até tendências contemporâneas, ou seja, na perspectiva do discurso historiográfico oficial. Somente uma unidade trabalha por divisão de gêneros e não cronologicamente.

Sobre o conteúdo, novamente constatam-se propostas sempre somente canônicas: Pero Vaz de Caminha, Basílio da Gama, José de Alencar, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Machado de Assis, os escritores da Semana de 22, Clarice, Drummond, João Cabral. Em pouquíssimos casos encontram-se Leminski, João Gilberto Noll, Raduan Nassar, Valêncio Xavier (para o estudo da narrativa curta), ou ainda Graciliano Ramos, Adélia Prado, Lia Luft etc.

Outro dado curioso é que dos programas analisados, somente 31,25% apresentam indicações de obras literárias em sua bibliografia básica. Sendo que é unânime a indicação de Alfredo Bosi, com sua *História concisa da literatura brasileira*, e de Antônio Candido, com sua *Formação da literatura brasileira*, para a estruturação de seus cursos.

Assim a abordagem diacrônica tradicional se confirma por todos os vieses: distribuição cronológica, referência bibliográfica etc. Tudo em perspectiva linear, sem ênfase alguma à leitura regional, marginal feminina etc.:

Com isso percebe-se que o lugar da história literária no ensino de literatura brasileira ainda é o de mera sistematização de períodos, autores e obras, ausente de seu possível caráter crítico-reflexivo, o que acaba se refletindo em todos os demais níveis de ensino, principalmente no médio, uma vez que, se o professor se forma nestes moldes, naturalmente seu programa de ensino também se dará nos mesmos parâmetros historiográficos. (*Ibidem*, p. 09).

O trabalho de Marcello de Oliveira Pinto, da UERJ, intitulado “A historiografia literária e o leitor: identidades”, tem como eixo orientador a preocupação com o espaço da sala de aula no Ensino Fundamental e no Médio enquanto perpetuadores do ensino de literatura pautado nas histórias de literatura tradicionais, que tratam o evento literário muito mais como história do que como literatura. Segundo Pinto, pensar o espaço da história da literatura significa investigar os pressupostos que regem a sua construção nas suas dimensões epistemológicas e relacioná-las a sua agenda de referências. Sendo assim, ele critica a forma cronológica linear de se estabelecer a análise dos contextos históricos e culturais nas histórias de literatura, em que “o normal é explicar as

escolas por meio de um panorama de época, em que geralmente se destacam a vida política e econômica do período” (PINTO, 2006, p. 01).

Ele atenta para o fato de, apesar de intensas críticas a este modelo, os documentos oficiais acabarem reforçando a idéia de que a literatura “ocupa um não-lugar como área de desenvolvimento de conhecimento próprio” (*Ibidem*, p. 02). Basta olhar para os PCNs do Ensino Fundamental, que apresentam 66 páginas destinadas ao debate sobre ensino de português, sendo que dessas, a literatura está num espaço entre as páginas 26 e 27; e para os PCNs do Ensino Médio, em que na parte “linguagens, códigos e suas tecnologias” a literatura aparece como coadjuvante do conhecimento de português. É curioso perceber, na análise dos PCNs, que há “intenção de se afastar de uma metodologia reducional dos estudos seculares de língua portuguesa”, mas

no que diz respeito ao fenômeno literário – diluído no ensino de língua – a proposta coaduna com as práticas convencionais da análise da literatura por um viés cronológico linear. Assim entendido, o ensino da literatura parece ser parte do ensino da história. É história dos estilos de época, com atenção para os condicionantes sociais dos temas e das formas. Ensinar literatura, dessa maneira, seria ensinar uma parte considerada importante da história do país (*Ibidem*, p. 03).

→ Assim, constata-se a formação de um padrão em 2006, quando o foco se centra nas práticas dos professores no ensino de literatura, pautadas nos princípios norteadores desse ensino. Pode-se dizer, ainda, que este padrão começa a ser vislumbrado em 2002, cujo foco é perceber o que os professores e pesquisadores propagam nas revistas acadêmicas no que diz respeito à formação e/ou manutenção de cânone literário. Todavia, neste momento, tal preocupação se apresenta ainda muito diluída na perspectiva de ensino, apesar de tangenciá-la. Em 2006 que se atinge mesmo o cerne da preocupação com o ensino. Seria interessante acompanhar as demais ABRALICs a fim de averiguar se tal tendência-padrão se confirma, se desmembra em sub-aspectos etc., visto o gráfico apontar para uma ascensão nesse tipo de projeto-pesquisa.

3.7. História e outro setor

Reúnem-se nesta categoria as propostas que apresentam relação entre História e sub-setores afins. O próprio nome da categoria pode ser, ainda,

provisório, pois penso serem ainda necessárias mais manifestações para uma melhor adequação nesse sentido. Por enquanto, agrupam-se, aqui, trabalhos que, apesar de, em um primeiro momento, sugerirem uma relação com a Literatura, não empreendem a discussão da categoria *História e Literatura*, que se orienta pela relação entre fato e ficção. Como essa categoria só se manifesta na ABRALIC de 2006, não há como realizar a produção de um gráfico diacrônico. No entanto, a descrição dos trabalhos apresenta-se aqui a fim de manter um paralelismo na apresentação dos trabalhos e de seus eventuais padrões. Vale lembrar, somente, que essa categoria computa 5,77% dos trabalhos em 2006, como atesta o gráfico 33 do Anexo IV.

O comum nestes trabalhos é que todos concebem gêneros a princípio da área da Literatura como sendo pertencentes à área da História. Dois deles lidam com o gênero crônica e o terceiro com dramaturgia.

Assim, temos o trabalho “Crônica e a (re)apresentação humorística da História”, de Andréia Simoni Luiz Antônio, da UNESP, o qual defende ser a crônica uma escrita histórica e não literária. De acordo com Antônio, é a crônica que realiza a chamada história do cotidiano (uma das manifestações da Nova História). Para tal, fundamenta-se no fato de, no passado, a função de cronista e de historiador se mesclarem, assim como na retomada de certos aspectos dessa mistura com algumas propostas oferecidas pela Nova História. Defende que a crônica constitui-se como espaço da experimentação, como “representação de modelos da história do mundo”. Apresenta, contudo, problemas de concepção ao tentar diferenciar o gênero crônica do texto histórico, como, por exemplo, ao afirmar que são características da crônica registrar o tempo presente, não trabalhar com períodos de longa duração, não seguir sequências cronologicamente alinhadas, não apresentar os fatos hierarquicamente organizados e não tentar ser objetiva, segundo ela, “como faz o historiador” (ANTÔNIO, 2006, p. 04). Ao classificar as características acima elencadas como sendo do discurso histórico, Antônio desconsidera a discussão da Nova História, que propõe, justamente, a ruptura com tudo isso.

O trabalho de Regma Maria dos Santos, da UFG, intitulado “História e cotidiano na trama literária”, defende que a crônica deve ser lida enquanto fonte primária para a História, ou seja, como documento oficial da história do cotidiano. Segundo ela, as crônicas são um “termômetro” da mudança de sensibilidade e

mentalidade de uma determinada sociedade, pois argumenta que desvincular a história “do cotidiano é torná-la violentamente estéril” (SANTOS, 2006, p. 02)

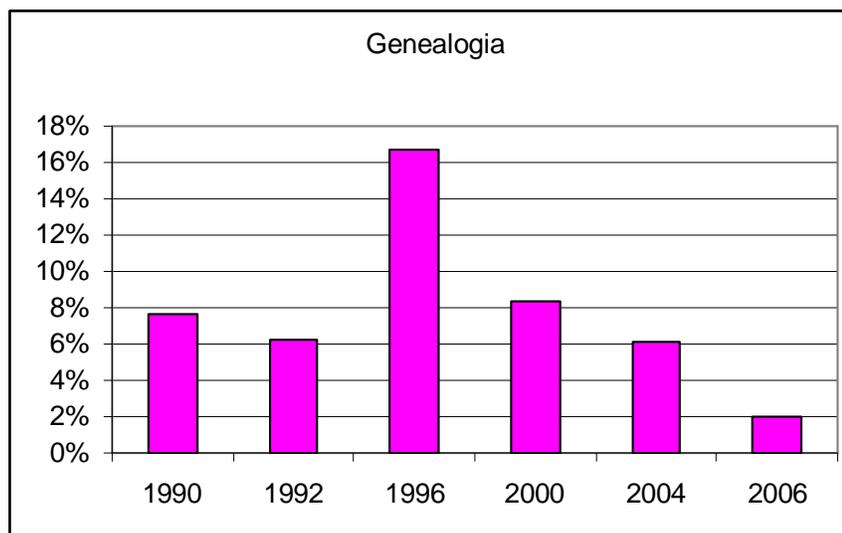
Centrado na dramaturgia, temos “O passado como permanência: imagens da brasilidade tecidas na história e na dramaturgia”, de Luiz Humberto Martins Arantes, da UFU, que objetiva demonstrar o diálogo entre o teatro de Jorge Andrade e a escrita da história brasileira. Andrade defendia que o passado, longe de ser estanque e preso a um contexto, é móvel, através das releituras e atualizações realizadas pelos sujeitos dos tempos presentes. Assim, a partir da década de 50, propõe pensarem-se os ciclos da história brasileira através do teatro, com temas tais como mineração, cafeicultura e industrialização. Segundo Arantes, as matrizes historiográficas que embasam o projeto de Andrade são a idéia de que as origens da identidade brasileira devem estar alicerçadas na questão da ruralidade – “civilização de raízes rurais” –, de Sérgio Buarque de Hollanda, e a idéia do enfrentamento do presente via valorização do passado a fim de pensar o processo de modernização vivenciado pelo país, de Caio Prado Jr. Nesse sentido, Arantes defende que o teatro de Andrade deve ser pensado como escrita historiográfica e não como literatura.

→ É inviável, no momento, a formulação de um padrão para a categoria, apesar da maioria dos trabalhos lidarem com o gênero crônica. E o fato dos trabalhos terem como foco a defesa de gêneros a princípio pertencentes à área da Literatura serem, na verdade, da área da História, estaria, em um primeiro momento, mais próximo da definição da categoria do que da formação de um padrão dentro dela. Enfim, é necessário observar as manifestações desse tipo de proposta em ABRALICs futuras.

3.8. Genealogia

Reúnem-se sob esta rubrica os trabalhos que abordam aspectos da historiografia literária em perspectiva genealógica, sem estrutura argumentativa.

Gráfico 07 – Genealogia



Na leitura do gráfico 07, constata-se, em um primeiro panorama, que se trata de uma catalogação relativamente freqüente nas ABRALICs, sem muitas lacunas temporais. Aparece pela primeira vez em 1990, com quase 8% de representatividade, quadro que se altera minimamente em 1992, com pouco mais de 6% de ocorrência. Salta 1994 para reaparecer em 1996, atingindo seu maior pico gráfico, com índice de quase 12%. Em 2000, contudo, apresenta queda para 8%, tendência que se confirma nos anos seguintes, com 6% de representatividade em 2004 e 2% em 2006, evidenciando tendência de diminuição de interesse pela categoria.

Importante mencionar que, na análise qualitativa, optei por apresentar as sequências na ordem de aparição nos textos, de forma que se vislumbre o mais fielmente possível a linha de raciocínio do autor. Assim, o foco de leitura não é o aspecto cronológico, mas o encadeamento lógico realizado pelo pesquisador em sua sequência genealógica.

Em análise qualitativa de cada ABRALIC, o ano de 1990 apresenta temática sobre o conceito de nacional, com o trabalho “Literatura, cultura e ideologia: o trabalho de Antônio Cândido é uma genealogia da crítica literária contemporânea”, de Célia Pedrosa, da UFF, que apresenta uma espécie de genealogia da crítica literária brasileira atravessada pelos conceitos de nacional, desde os Românticos até Silviano Santiago e Flora Süssekind, para propor, ao final, reflexão sobre o sentido desse conceito hoje, assim como o sentido da

prática do intelectual. Sua sequência genealógica é: o Romantismo, com o papel fundador dessa tradição, funcionando como primeira tentativa de recusa dos padrões europeus e de definição de valores e diretrizes considerados originais e próprios à natureza do povo brasileiro → Antonio Candido como primeira ruptura com a tradição idealista, e com perspectiva crítica pautada na contradição, na “vontade de ser nacional e popular” (PEDROSA, 1990, p. 108), promovendo o resgate da contribuição do neoclássico e uma nova compreensão de nacionalismo → Silviano Santiago, que, ao retomar a dialética do particular-universal, cunha na crítica o conceito de “entre-lugar” para se compreender nossa relação com o nacional → Roberto Schwarz, com sua idéia de “torcicolo cultural” → Flora Süssekind, que discute esses dois conceitos (“entre-lugar” e “torcicolo cultural”) percebendo a contradição nas prosas do século XIX, cujos narradores, apesar de buscarem a origem da identidade nacional, eram “viajantes que descreviam e classificavam sua terra e costumes conforme o modelo de narrativas de aventureiros e cientistas europeus”. (*Ibidem*, p. 109), o que demonstra que todas as perspectivas até então insistem na marca do olhar descentrado e estranho a si mesmo, configurando a nacionalidade como objeto de uma busca empreendida por um sujeito que só se define pela distância temporal e espacial face ao que almeja. Pedrosa termina atentando para a situação contemporânea, em que a pós-modernidade propõe, simultaneamente, a internacionalização da arte e da economia e a dissolução das bandeiras ideológicas que antes arregimentavam grupos, movimentos e vanguardas. Segundo ela, cabe, neste momento, mobilizar novamente a mesma estranheza e a mesma pergunta: “qual o sentido, hoje, da reflexão sobre o nacional?” e, em sentido mais específico: “qual o sentido, hoje, do empenho criativo e crítico do intelectual brasileiro?” (*Ibidem*, p. 110).

Em 1992, o foco recai sobre a questão da periodização, com destaque para o trabalho “Épocas literárias: vagas fronteiras abertas”, de Heidrun Krieger Olinto, da PUC-RJ, o qual apresenta uma genealogia do pensamento de periodização e de sua lida em historiografia literária, focando a fragmentação dos processos comunicativos literários e o gradativo desaparecimento de normas e divisas. Sua linha genealógica apresenta a seguinte estrutura: Friedrich Engels (em resposta a Joseph Bloch), defendendo que, no quesito de representação de um período histórico, numa perspectiva materialista, o fato determinante da história é a produção e reprodução da vida real, ou seja, ainda que o econômico determine o

curso das lutas históricas, diversos elementos superestruturais também o fazem, o que faz com que esses elementos devam imperar no momento de se fazer e de se analisar a história. Segundo ele, a história se fazia de tal modo antes, que o resultado final se sobrepunha aos conflitos de inúmeras verdades individuais → Claus Offe, um século depois, que, ao problematizar a mesma questão, defende que todo modelo normativo revela seu caráter variável, aleatório e aberto, o que aponta para a questão de se pensar acerca da criação de princípios que permitam a coexistência de horizontes opcionais múltiplos → os formalistas russos de forma geral, com história da literatura fundada em transformações de estilos, formas e gêneros, com modelos de evolução, cuja crença em uma normalidade, com conceito de época com contornos relativamente nítidos → Tinianov, de forma particular, cujo modelo – que antecipa visão fragmentada dos processos em torno de modos de transformação – apresenta a idéia de existência de ritmos diacrônicos diferentes nas séries literárias e sociais → a Estética da Recepção, em que tais questões se re-situam, com “moldura teórica mais abrangente” (OLINTO, 1992, p. 647) → Michel de Certeau, que defende a escrita histórica enquanto operação discursiva → o grupo alemão NIKOL, com a proposta de uma abordagem empírica da literatura, através do modelo sistêmico proposto por seu representante Siegfried Schmidt.

Em seu balanço geral, Olinto propõe que o historiador abra mão das categorias clássicas de semelhança e diferença – visto as mesmas serem incapazes de permitir a compreensão de complexidades – e aprenda a lidar com redes móveis e descentradas, cujo modelo ela sinaliza com o conceito de rhizoma de Deleuze e Guatari.

Termina seu texto questionando sobre como, dentro da metáfora rhizomática, articular propostas com novas saídas “para o problema do uno e do múltiplo, sem correr o risco de indiferenciação total, sem renunciar à periodização” (*Ibidem*, p. 650).

Em 1996, há um grande retorno da temática do nacional em literatura, marcando o padrão geral dessa categoria. O que se pode constatar com o trabalho “O discurso europeu e a questão da identidade cultural no Brasil”, de Ívia Alves, da UFBA, o qual apresenta uma genealogia focada no período colonial, no caminho percorrido pelos historiadores na construção da história da literatura brasileira na perspectiva do nacional com a criação de um cânone literário

contínuo. Seu objetivo principal é salientar como o olhar europeu orienta toda a produção historiográfica da literatura no Brasil neste período.

Sua sequência estrutura-se com os cronistas dos dois primeiros séculos (Gandavo, Gabriel Soares, Rocha Pita, Frei Vicente, Ferdinand Denis) – justifica esse marco pelo fato do discurso da historiografia da literatura brasileira ser fundado em temáticas estabelecidas por textos estrangeiros –, cujas primeiras manifestações literárias promovem a edenização da terra como meio de construir o sentido de nação → os literatos influenciados pelas revolucionárias idéias do Iluminismo → os românticos (Gonçalves Dias, Botelho de Oliveira, Gabriel Soares de Souza, José de Alencar), que, segundo ela, partiram dos cronistas antes citados para dar continuidade a esta produção (defende, por exemplo, que “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, proveio de uma releitura do poeta dos escritos de Rocha Pita).

Ao fechar sua sequência genealógica, diz que essa visão estrangeira de nação só é alterada em finais do século XIX, quando se observa uma contraposição à influência européia.

O mesmo tema norteia o trabalho “Para uma história do conceito de literatura nacional”, de Almir Aquino Corrêa, da UEL, que vislumbra a produção de uma história do conceito de literatura nacional e, para tal, estabelece uma pequena genealogia sobre a questão. Sua sequência apresenta a seguinte estrutura: Johann Gottfried Herder, quem primeiramente articulou um conceito de literatura nacional, segundo o qual as nacionalidades se diferenciam através da língua, do ambiente físico, do modo de educação, do cruzamento ou não com outras culturas, da tradição e da hereditariedade → Madame Staël, que deu prosseguimento à idéia de Herder em estudo comparativo entre a literatura francesa e a alemã, acrescentando o governo como mais um fator a ser considerado nas diferenciações da nacionalidade → Hippolite Taine, que articula uma visão determinista sobre a literatura nacional, fundada nos fatores de moral, raça, espaço social e época → Tolstoi, que agrega a influência da igreja e, conseqüentemente, uma visão moralista do aspecto abordado, além de atribuir aspecto didático à produção literária nacional, em função de sua integração política → Antonio Gramsci, que introduz o caráter popular à noção de literatura nacional → a Nova Crítica, que concebe a literatura de uma nação como composta de um passado universal canonizado ao mesmo tempo que compartilhado com o regional, em interação

com o presente → o Formalismo russo, que permite o surgimento da idéia de obra nacional quando defende que um escritor só pode falar de um dado contexto e a um dado grupo no qual ele mesmo se insere → o estruturalismo genético, que concebe a obra como resultado da interação entre ambiente e escritor, relação através da qual uma consciência coletiva estrutura-se como inerente à obra literária (pensa o nacional a partir dessa consciência).

Ao final, evidencia uma noção, em termos diacrônicos, ainda que vaga, permanente, de valorização de uma regionalidade literária qualquer. Assim, defende que, para o desenvolvimento do conceito de literatura nacional, interessam, sobretudo, os fatores da língua e a necessidade de percepção de uma realidade próxima, o que validaria uma proposta de escrita histórica sobre como esse aspecto regional serviu para fortalecer concepções para uma literatura nacional.

E, mesmo indiretamente, a temática perpassa o trabalho de Maria Lúcia Fernandes Guelfi, da UFV, intitulado “A crítica realista e a caracterização da literatura brasileira: as posições de Machado de Assis, Silvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior”, que realiza genealogia do pensamento crítico enquanto embaixador da concepção historiográfica da literatura no Brasil no primeiro período da República, ou seja, na segunda metade do século XIX.

Segundo ela, os românticos somente elencaram obras, mas foi a crítica realista que buscou avaliar a posição de cada obra dentro dessa tradição, sendo a sua novidade aliar o ideal nacionalista dos românticos ao projeto de crítica literário de forma análoga aos procedimentos das ciências naturais.

Assim, sua genealogia apresenta a seguinte sequência: Machado de Assis, que busca privilegiar a análise da obra em detrimento da biografia → Sílvia Romero, que defende o estudo da literatura brasileira como estudo da caracterização do brasileiro em face do português → José Veríssimo, que acentua o esteticismo e o universalismo → Araripe Júnior, que foi o primeiro a valorizar a parte original da literatura brasileira, chegando a reconhecer um estilo tropical → e finalmente os modernistas, que acentuaram o aspecto nacional da produção literária. Guelfi demonstra, através dessa pequena genealogia, que o comentário comum sobre ter faltado aos críticos realista-naturalistas uma visão nacionalista não procede.

2000 confirma a temática do nacional como padrão principal da categoria, com o trabalho “Perspectivas de uma história literária: esboço de um quadro teórico”, de Luis Alberto Nogueira Alves, da UFRJ, que apresenta uma genealogia das leituras de *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, perpassando pela questão da história da literatura no Brasil e em suas novas perspectivas. Após apresentar a *Formação* de Candido, estrutura sua sequência da seguinte forma: obra vista, de forma geral, como datada e, portanto, incapaz de promover o conhecimento dentro de novos paradigmas teóricos → Haroldo de Campos, com a crítica ao “seqüestro” do Barroco → Luiz Costa Lima, criticando-a enquanto obra integradora → Silviano Santiago, acusando Candido de esconder o quadro teórico em que se movimenta → Afrânio Coutinho, como pioneiro na crítica da noção de sistema literário, visto esse excluir o Barroco, acusando Candido de entregar “de mão beijada” parte do nosso patrimônio literário aos portugueses → João Hernesto Weber, que contextualiza o momento de produção da obra, defendendo ser ela produto de uma correlação de forças sociais (fim do Estado Novo e todas as possibilidades abertas pelo desenvolvimento industrial) na qual “os paulistas começavam a mandar” (ALVES, 2000, s/p), o que gerou um projeto historiográfico “mais como discurso fundante do nacional do que propriamente expressão reflexa da nação” (*Idem*) → Luís Augusto Fischer, que, ao analisar o horizonte de que dispunha Candido entre as décadas de 40 e 50 (João Cabral, Clarice Lispector, Guimarães debutando, somente dois anos da publicação do primeiro manifesto da poesia concreta, prestígio da música popular só na década seguinte, impressionismo na teoria literária, positivismo e marxismo oficial na sociologia científica, com sua ortodoxia partidária, *new criticism* como o que havia de mais recente, sendo que o estruturalismo e formalismo russo só chegariam mais tarde), entende que “os resultados alcançados só aumentam a façanha de Candido, o qual, vale dizer, não precisou apoiar-se na autoridade de um método, mas tão somente na força de seus achados e argumento.” (*Idem*) e que, nesse sentido, as críticas dirigidas a sua *Formação* são extremamente marcadas pelo anacronismo.

Alves termina sua sequência evidenciando que, apesar de hoje não mais serem feitos projetos com tentativa de explicação global de nosso processo de formação literária, o questionamento do tipo “como se pode, nos termos deste final de século e segundo as variáveis brasileiras do tempo, postular uma

descrição histórica da literatura brasileira do século que finda?”, “Que coisas será preciso levar em conta?”, “Que vigência podem ainda ter os pressupostos do método historiográfico?” (*Idem*) continuam presentes. Defende, nesse sentido, a necessidade de se ampliar o leque de interlocução, assimilando as experiências regionais acumuladas e rediscutindo o escopo sobre o qual a perspectiva da formação deverá incidir. Segundo ele, a pouca repercussão dos trabalhos dos pensadores dessa esfera se deve “à falta de iniciativa do eixo em admitir que há vida inteligente em outras regiões” (*Idem*). Para ele, então, a concepção da *Formação* é um legado a ser seguido, em sua análise, na perspectiva de “ponto de partida, não de chegada” (*Idem*)

2004 configura-se como ano ímpar nessa categoria ao apresentar temáticas outras, nesse sentido, com trabalhos isolados no quadro geral. Todavia, vale mencionar o trabalho “Marcas de (auto)biografia historiográfica”, de Heidrun Krieger Olinto, da PUC-RJ, que tem como foco “momentos circunstanciais da atuação do intelectual das letras no campo literário”, em função da emergência de novos experimentos historiográficos (auto)biográficos. Assim, objetiva oferecer uma imagem da situação desse intelectual, hoje, de tentar perceber como ele realiza sua intervenção, no espaço público, na esfera de escrita de histórias de literatura, enquanto observador de segunda ordem.

Sua sequência genealógica tem a seguinte estrutura: Zola, com a carta “J’accuse”, representando uma atitude de intelectual motivador de atitudes na esfera pública → Sartre, representante-mor dessa atitude, enquanto intelectual politicamente ativo, engajado: o símbolo do intelectual moderno → o declínio dessa figura de intelectual após a Guerra Fria, com a tomada de consciência pública de feitos em sistemas anticapitalistas não condizentes com pensamentos de cunho socialistas → Lyotard, que diagnostica o movimento de declínio da esfera pública engajada do intelectual em *Tambeau de l’intellectuel et autres papiers* → o início de migração da figura do intelectual para a esfera do espaço acadêmico → Pierre Nora, com seu artigo “Adieu aux intellectuels?”, publicado em 2000, referente ao comportamento apático, na década de 90, ao que diz respeito a lutas intelectuais → Régis Debray, que anuncia, também em 2000, o fim do intelectual, no livro *I. F. suite et fin* (em que I. F. significam *intelectuel français*) → Gumbrecht, com sua proposta de atuação do intelectual enquanto “catalisador de complexidades intelectuais”, utilizando-se da segurança do espaço

acadêmico para produzir o que ele denomina “pensamento de risco” (OLINTO, 2004, s/p), ou seja, ousando intelectualmente sem correr o risco de uma prática com perigo imediato para a sociedade (por exemplo, experimentos com alteração genética etc.).

Ao final, Olinto sugere, nesse novo espaço, a possibilidade de se “converter as perspectivas melancólicas do intelectual apático em pequenos atos de resistência, ao estimular reflexões complexas como antídoto ao pensamento normatizado, fundado sobre formas de redução de complexidade” (*Idem*).

E, finalmente, em 2006, retoma-se a questão do nacional como temática norteadora das sequências genealógicas, como, por exemplo, o trabalho “Identidade nacional como suplemento”, de Maria Lúcia O. Fernandes, da UNESP, o qual tematiza, em sua genealogia, a noção de identidade no pensamento crítico/historiográfico de literatura no Brasil.

Sua sequência estrutura-se da seguinte forma: Romantismo, quando se consolida o modelo totalizador e maniqueísta dos debates sobre identidade no país → Realistas (recorta, dentro desse grupo, Machado de Assis, Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior), que ampliam o modelo romântico, sobretudo Machado e Araripe, empreendendo estudo do que caracteriza o brasileiro e sua sociedade, propondo, para essa, modelo que conjugue o universal e o nacional → Mário de Andrade, que também direciona suas reflexões para a busca de um caráter nacional e tem como meta final a integração natural da arte (literatura) brasileira à arte universal (ela defende que o modelo continua a ser maniqueísta, pois a tônica ainda é a ruptura de modelos estrangeiros) → Antonio Candido, que, segundo ela, valoriza o Romantismo por defender que foi nos debates desse período que a construção do cânone literário no Brasil ganhou impulso → Costa Lima, que demonstra a vitória da corrente de reflexão romântica com o fato da institucionalização do estudo da literatura no Brasil ter se dado com o princípio da nacionalidade (ambos têm em comum a função social da arte) → Silviano Santiago, com seu conceito de entre-lugar, em que diagnostica o Brasil entre dois desejos: querer ao mesmo tempo manter a fidelidade à metrópole a fim de assegurar espaço no cânone da literatura universal e atingir originalidade com o desejo de fundação de uma literatura nacional. Seu conceito de entre-lugar, ao rejeitar o método universalizante, permite a reintegração do excluído. Assim, pela primeira vez em todo o debate do nacional, a noção de identidade nacional é

deslocada em prol de uma concepção do nacional como processo permanente de rearticulação, em que a tônica recai sobre o provisório, sobre novas apropriações de códigos impostos, sobre percepções plurais da realidade, ou seja, desloca-se do gesto dicotômico para o gesto suplementar, o que acarreta, como consequência para a historiografia literária, a aparição de novas concepções de história.

Assim, o conceito de identidade nacional que embasa a discussão desde o Romantismo até o Modernismo abandona, de vez, a atitude dicotômica (o que é nacional e o que é universal) e passa a atitude suplementar. Segundo Lúcia, antes de Silviano, somente Araripe conseguiu “ir além das fissuras” e lançar bases para uma leitura da literatura brasileira como expressão de um “estilo tropical”. Mas acabou sucumbindo à rigidez do modelo dicotômico de sua geração: de um lado idéias importantes e de outro, elementos nacionais.

→ Em leitura global da categoria, fica evidente a temática do nacional configurar-se como padrão principal da categoria até o momento. Ela aparece como perfil principal em quatro das ABRALICs (1990, 1996, 2000 e 2006), totalizando 66,66% dos trabalhos no quadro geral. O fato dessa temática reaparecer em 2006 também chama atenção para o fato da questão estar longe de ter sido esgotada ao longo de todas as décadas de sua análise.

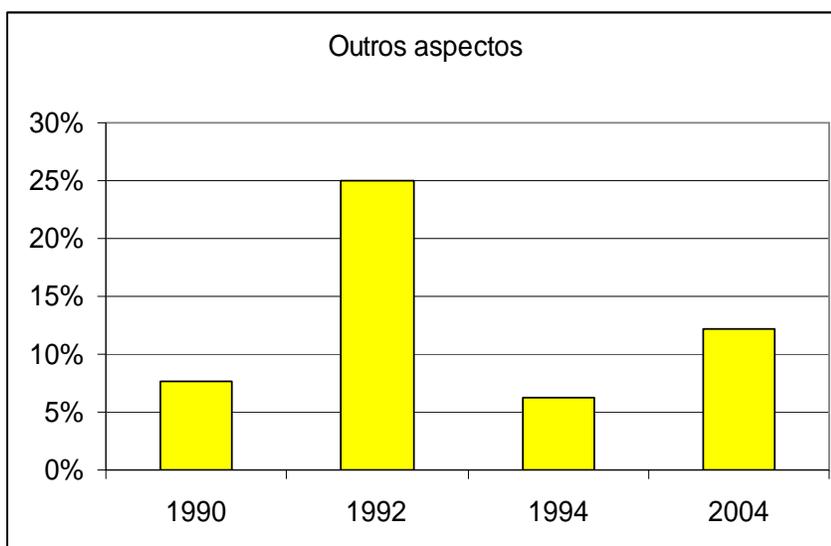
Outro ponto interessante a ser ressaltado em análise global é que as últimas genealogias, dentro do padrão detectado, sinalizam reflexão sobre a importância de se incluir as manifestações de ordem regional na concepção do nacional, o que evidencia não somente atualização do conceito em questão, como intercâmbio com outras esferas do *locus* da historiografia literária, que também vêm o regional como elemento constituinte de perspectivas mais amplas, como, por exemplo, em tendências na categoria de *Prática de escrita historiográfica*.

Também vale destacar o fato de todas as sequências genealógicas estarem permeadas pelo pensamento presente do historiador que a organiza. Assim, em nenhum caso, trata-se somente de elencar nomes e/ou circunstâncias do passado, mas sim de recortar elementos passados em uma estrutura lógica pertinente a uma reflexão presente. Nesse sentido, as sequências trazem consigo a marca histórica de seu organizador, o que impede a formação de pensamento anacrônico para suas análises.

3.9. Outros aspectos

Em “Outros aspectos” reúnem-se os trabalhos que não se encaixam em nenhuma das categorias identificadas nem formam, entre si, uma categoria outra, apesar de se configurarem como trabalhos com foco em aspectos de historiografia literária. Trata-se, pois, de projetos isolados no *corpus* geral. Assim, sua análise diacrônica não segue o esquema das demais, pois, o que interessa aqui, além de descrever os aspectos gerais desses trabalhos, é perceber a frequência de ocorrência de trabalhos-projetos em historiografia literária isolados no intervalo temporal analisado.

Gráfico 08 – Outros aspectos



Ao se observar o gráfico 08, constata-se que, com exceção da ABRALIC de 1992, com índice de 25% de representatividade, o número de trabalhos dessa natureza é bem reduzido e curiosamente nulo em 2006, justamente o ano com maior quantidade de trabalhos nas ABRALICs. Um possível forte motivo para tal é a estruturação da ABRALIC em simpósios, neste ano com resumos orientadores de seu campo de interesse para a filiação dos participantes (diferente de 2004, em que só havia o título dos simpósios), o que reduz um pouco o risco de trabalhos “soltos”.

Assim, manifesta índice de quase 8% em 1990, um grande salto em 1992, com representatividade de 25%, seguido de queda em 1994, com índice de 6%. Sua nova manifestação só se dá em 2004, após intervalo de três ABRALICs, com índice de mais ou menos 12%.

No que diz respeito à descrição dos trabalhos, temos, em 1990, o trabalho “*Que farei com este livro?*”, de José Saramago: um exercício da memória cultural portuguesa”, de Tereza Cristina Cerdeira da Silva (não indica a instituição), que pretende resgatar a memória cultural portuguesa, usando a peça de teatro *O que farei com este livro?*, de José Saramago, a qual, segundo Silva, é uma releitura de *Lusíadas*, de Camões, enquanto livro fundador da cultura portuguesa. Todavia, tudo o que Silva faz é contar o enredo da peça pontuando-o, vez ou outra, com comentários sobre a importância de se resgatar o passado. Ou seja, trata-se de um trabalho que “encosta” em questões vinculadas à história de literatura, sem, infelizmente, desenvolver o proposto.

Em 1992, temos o trabalho de Benedito Nunes, da UFPA, “Historiografia literária do Brasil: um fragmento”, o qual objetiva conectar o movimento romântico ao historicismo e ao nacionalismo, buscando analisar como se deu essa conexão no Brasil no século XIX. A partir de então, Nunes fornece base para a compreensão de como o Romantismo influenciou na escrita da história brasileira e como foi escrita a história da literatura no Brasil. Conforme o autor, o pendor do Romantismo de se ligar tanto a um passado antigo e medieval como a uma visão liberal e progressista, de confiança no futuro, levou à consciência histórica no pensamento moderno. E foi essa consciência que atrelou o Romantismo à história-ciência e ao historicismo. Nunes destaca neste período o trabalho de historiador de Varnhagen e o de romancista e de poeta de Domingos José Gonçalves de Magalhães.

O trabalho de Carlinda Fragale Pate Nuñez, da USU/RJ, intitulado “A tradição reinventada: o mito de Electra na dramaturgia brasileira”, tem como objetivo discutir a reinvenção da tradição por meio da obra *Senhora dos afogados*, de Nelson Rodrigues, analisando em que sentido a obra dialoga com outras duas do passado, *Mourning becomes Electra*, de O’Neill, e *Oréstia*, de Ésquilo, no sentido de recriar, rever, este passado, ou seja, em que sentido dialoga com o cânone. Infelizmente, o resultado se restringe a uma descrição monótona da peça de Rodrigues.

E, finalmente, o trabalho “Paulo Honório Historiador: o realismo mítico da vida privada”, de Graça Paulino, da UFMG, cujo objetivo é atrelar sua análise à perspectiva de história da vida privada, da terceira geração dos Annales, a partir do personagem Paulo Honório, do livro *São Bernardo*, de Graciliano Ramos.

Todavia, além de a idéia de vida privada se prender somente à identificação de elementos do personagem Paulino, não usa, de fato, conceito dos Annales, apenas cita a perspectiva de se trabalhar a história da vida privada, a partir de Michelle Perrot, em *História da Vida Privada*, criticando o discurso histórico e enaltecendo o discurso literário, defendendo que este vem preencher as lacunas das fontes utilizadas por aquele.

Em 1994, há o trabalho “Os textos da guerra do pacífico e construções das identidades nacionais”, de Laura Janina Hosiasson, da USP, cujo objetivo é mostrar que a literatura, via análise do discurso, é capaz de fazer história. Para tal, lida com material produzido na época da Guerra do Pacífico (1879-1881), ocorrida entre Chile, Bolívia e Peru, devido à disputa de fronteiras. Segundo suas análises, os discursos gerados a partir do acontecimento da guerra cumpriram um papel fundador de desenho de uma cisão para a elaboração dos espaços físicos e culturais em que as três nações iriam se constituir, propiciando um ambiente ideal para se forjar sentimentos nacionalistas com capacidade de inspirar desejos heróicos, os quais se acrescentavam a um conjunto de lendas e mitos indígenas primordiais dentro do imaginário patriótico. Assim, Hosiasson afirma que os textos da guerra do Pacífico se inserem dentro de uma tradição do discurso bélico, valendo-se de determinadas estratégias com o intuito de fortalecer ainda mais o sentimento nacionalista, ou seja, os discursos da guerra do Pacífico servem simbolicamente aos propósitos mais contemporâneos ao século XIX: permitir a entrada definitiva do cone sul-americano na modernidade histórico-cultural ocidental. Apesar de apresentar leitura e resultado de análise superficiais, o trabalho tem uma atitude interessante: fazer uma leitura do nascimento do sentimento de nacionalidade através da análise de textos de guerra, um material tradicional e historicamente pertencente ao discurso histórico.

Em 2004, observa-se uma pequena transformação nesse tipo de trabalho, pois se evidencia, dentro do grupo, uma pequena parcela com preocupação focada no futuro, como atestam os trabalhos de Leni Nobre de Oliveira, da UFMG, “Espaços contemporâneos de canonização da literatura brasileira – uma reflexão”, e de Tânia Regina Oliveira Ramos, da UFSC, “Os discursos de quem viu são profecias”. O primeiro tem como objetivo apresentar uma discussão sobre dois espaços de constituição do cânone literário brasileiro – a música popular brasileira e a cultura de massa (especialmente revistas e televisão). Segundo Oliveira, é

necessária uma reflexão sobre esses dois espaços porque ambos tendem a globalizar o saber e a disseminá-lo em rede, de forma bem diferente do livro no espaço acadêmico. Ela defende que esse tipo de espaço acabará por criar, no futuro, um cânone literário diferente do construído pelo espaço acadêmico. Como se houvesse dois tipos de autores no processo de canonização da literatura: o acadêmico nas universidades, que lidam com o *locus* do livro, e o pessoal das mídias, que lida com novas tecnologias. Seu trabalho aponta para uma discussão interessante: pensar a questão “quem tem o poder de canonizar hoje?”, todavia, Oliveira não conduz sua reflexão nesse sentido, preocupando-se, somente, em defender o espaço da mídia como também legítimo para se situar o cânone. Um tipo de defesa, diria, desnecessária, sobretudo em 2004, quando tais espaços já foram legitimados pelos estudos culturais. Muito mais interessante seria avançar na discussão, com reflexões tais como: em que sentido é possível pensar uma mudança do enunciador do cânone literário no futuro? Há, na contemporaneidade, perda de espaço na esfera do acadêmico nesse tipo de discussão? É possível mesurá-la? O que isso implica para possíveis seleções de cânones estipulados/construídos pelo espaço midiático?

O segundo apresenta uma preocupação com a história da literatura no sentido de se questionar como os trabalhos contemporâneos da crítica serão situados em histórias literárias futuras, sobretudo por conta da natureza fragmentária e multifacetada da crítica. Para tal, trata, principalmente, da leitura que Silviano Santiago faz da contemporaneidade em sua obra de ficção *O falso mentiroso*.

Fora dessa preocupação com o vindouro, um trabalho com potencial reflexivo interessante é “A reescrita da trajetória de Capitu”, de Lúcia Osana Zolin, da UEM, que tem por objetivo mostrar a possibilidade de se fazer história da literatura a partir da própria literatura, da ficção. Para tal, analisa o livro *A audácia dessa mulher*, de Ana Maria Machado, publicada em 1999, a qual relê uma figura singular no cânone da literatura brasileira: Machado de Assis, na figura de Capitu. No romance, ambientado no final do século XX, reescreve-se e/ou reinventa-se a trajetória de Capitu, protagonista de *Dom Casmurro*. Chega às mãos de Beatriz, personagem do romance de Ana Machado, um caderno-diário, passado por várias gerações de mulheres, em que ela encontra uma carta de Maria Capitolina (a Capitu), permitindo-lhe assumir, finalmente, a voz do seu discurso. O problema

aqui é que Zolin não analisa a obra em questão, somente narra seu enredo, o que acaba enfraquecendo sua proposta.